novas da galiza

número 167
Abril 2018
3 euros

acontece
Continua a emerger lindano no Porrinho 5

em movimento
"A Via Galega nasce como ferramenta transversal" 18

panóptico
G. Pombo: "Nom consigo arrepender-me de nada" 20

8-13

galiza contrainfo

As múltiplas caras da repressom

O Estado utiliza as suas maquinárias legislativas, policiais e judiciais para combater as diversas dissidências políticas. Ademais de traços que se manifestam em diferentes níveis, como as identificaçons sistemáticas, a estratégia repressiva passa por adaptar-se às peculiaridades de cada movimento social ou político na procura da sua neutralizaçom.

CORPOS / **14**

Silvia Federici: "A caça às bruxas continua"

A referente do feminismo marxista destaca um aumento da violência contra as mulheres em todo o mundo e adverte que a caça às bruxas nom rematou. Como evidência, Federici coloca os exemplos dos assassinatos de Marielle Franco no Brasil e de Berta Cáceres em Honduras. De cara à transformaçom social, fai um chamaneto a trabalhar da perspetiva do comum em que as mulheres jogam um papel fundamental. Esse conceito do comum, reflexiona a própria Federici, é aplicável à luita das naçons sem Estado pois para ela "o comum é autodeterminaçom".

A2

CONSELHO DE REDAÇOM/ Aarón L. Rivas, Alba Moledo, Ana Viqueira, Charo Lopes, Maria Álvares, Maria Rodinho, Raquel Cecilia Pérez, Raul Rios, Xian Naia S., Xoán R. Sampedro

ECONOMIA/ Raul Rios
OS PES NA TERRA/ Aarón L. Rivas
CORPOS/ Ana Viqueira
O BOM VIVER/ Conselho de Redaçom

CORREÇOM LINGÜÍSTICA/ Xian Naia S., Fernando V. Corredoira, Vichu García Torea, Rosa Casais, André Taboada Casteleiro
MAQUETAÇOM/ Novas da Galiza
COORDENAÇOM DE IMAGEM/ Charo Lopes
ADMINISTRAÇOM/ Miguel Valcarcel

COLABORAM NESTE NÚMERO/ Galiza Cás

FECHO DE EDIÇOM 25/05/2018

EDITA/
Asociaçom Cultural Minho Media

SUBSCRIÇONS/
assinantes@novas.gal

Os conteúdos deste jornal som de livre reproduçom, sempre que se citar procedência e se respeitar a opçom normativa

DEPÓSITO LEGAL / C-1250-02

EDITORIAL / Das margens que comprimem

I. Cargas e violência policial, identificaçons que nom chegam a denúncias, denúncias que nom chegam a juízos, juízos que nom chegam a condenas, condenas que som revogadas no recurso e, nalguns casos, prisom. Em todo caso, centos de pessoas que cada ano som vítimas de violência, milhares de horas de juntanças, de euros investidos, de pensamentos ocupados na defesa e preocupados com o que será. Eis a lógica da repressom: lenta ou 'preventiva', subtil ou monstruosa. Diferentes níveis com os mesmos objetivos de medo, parálise e desmobilizaçom.

II. No Reino que passou por umha 'Transiçom' sem depurar os mandos policiais e o poder judicial do regime fascista, falar na repressom política e na perseguiçom à dissidência como um fenómeno novo é, no mínimo, naïf. Neste reino, os mesmos poderes do nacional-catolicismo obtivérom licença da 'democracia nascente' para regerem o processo de mudança de mandos, para desenharem a sua própria reproduçom ideológica e modularem, nas últimas décadas, o modelo de 'ordem público' do regime do 78. A maquinaria repressiva -e o seu correlato da criminalizaçom nos mass media- construíra-se sobre a dicotomia entre 'honrados trabalhadores' e 'a Mao Negra', entre 'espanhóis de bem' e 'subversivos', e aginha se adaptou para 'cidadania' e 'terroristas'.

III. O sentir comum de neutralidade da legislaçom e até da justiça tem sido historicamente questionado, e para o caso concreto do estado espanhol tenhem sido muitas as vozes a denunciarem a instalaçom progressiva no paradigma do direito penal do inimigo. É dizer, a instauraçom, ao abeiro do chamado antiterrorismo, dum permanente regime de excecionalidade contra aquelas pessoas julgadas inimigas do estado e, portanto, nom-pessoas.

IV. Escreveu Brecht: "Do rio que tudo arrasta, di-se que é violento. Mas ninguém acha violentas as margens que o comprimem". Somos hoje espetadoras e vítimas dum intenso e acelerado estreitamento das margens. E enquanto as margens estreitam, é cada vez mais rio o que fica fora, o que é radical, violento, enaltecedor do terrorismo ou, finalmente, terrorista.

As margens, porém, estivérom sempre aí. Desenhando-se, alargando-se e estreitando-se em funçom do momento político, mas marcando em todo momento umha fronteira mui nítida. Fora dela as garantias do chamado estado democrático de direito ficam em interrogante. Fora dela ficam as nom-pessoas.

Falar dessas margens, nomear essas violências em que assenta a convivência constitucional; isso sim é justiça.

P.S.: Dizia Julien Coupat (recentemente absolvido depois de quase dez anos imputado por 'terrorismo') em 2008: "o antiterrorismo, ao contrário do que quer insinuar o termo, nom é um meio de luita contra o terrorismo; é o método polo qual se produz, positivamente, o inimigo político como terrorista".

assim nos vai

Aprendermos juntas

A essência dos projetos comprometidos com a transformaçom social radica na experimentaçom doutras formas de fazer para além das hegemónicas. Se o jornalismo que praticamos e em que acreditamos é diferente, também as técnicas que necessitamos som diferentes às do mass media. Para construirmos essas técnicas cumpre estarmos num processo contínuo de aprendizagem. Essas necessidades de conhecimento resolvem-se, em ocasions, através do próprio trabalho coletivo que conforma este projeto. Se a academia nom oferece às jornalistas em formaçom métodos de investigaçom úteis, a experiência de outras companheiras ou a indagaçom nestes métodos focada à prática pode encher este vazio.

Quando soas nom temos capacidade, botamos mao de telefone -ou de comunicaçons de cifrado de ponta a ponta-. Foi o caso do curso de segurança e privacidade digital para jornalistas que organizamos em parceria com a Bitnós. Talvez desta nom cheguemos a ser Edward Snowden nem Laura Poitras, mas vamos-lhe dando. Em todo caso, decidimos desfrutar da autoformaçom e da cooperaçom entre projetos que se reconhecem parte da construçom de um outro país em chave comunitária. A autoformaçom, neste sentido, converte-se numha forma de colocar os conhecimentos numha rede com vontade de transformaçom social. Isto nom só garante a qualidade dos projetos em marcha senom que soma passos no caminho cara à criaçom de estruturas populares e horizontais.

Se o jornalismo que praticamos e em que acreditamos é diferente, também as técnicas que necessitamos som diferentes às do 'mass media''

aarón, ana e xoán /
conselho de redaçom

A obsolescência programada das luitas contra as violências políticas

SANDRA GARRIDO

A incorporaçom das mulheres ao mundo laboral assalariado trouxo consigo novas agressons misóginas, concretamente o acosso sexual. Isto evidencia que o acosso sexual no trabalho nom é um tipo de acosso laboral, senom um tipo de violência machista. A visibilizaçom do conceito e a sua incorporaçom à legislaçom no estado espanhol, também na penal, foi resultado do contágio do logro do movimento feminista nos EUA nos anos 70. Os elementos objetivos e subjetivos do injusto, que reúnem as condutas do acosso sexual, som um todo complexo que nom se explica atendendo apenas a conduta visível (as insinuaçons, as chantagens, os acurralamentos e/ou o próprio assalto sexual de maior ou menor gravidade). Há todo um sistema patriarcal que sustenta essa violência que requer ser nomeada de forma específica, posto que sem essa análise nom pode ditar-se sentença que tente reparar a vítima e que suponha umha condena do agressor.

Nom há opçons, no marco isolado da profissom da avogacia de umha visom feminista, para luitar contra as agressons machistas. É necessário um contexto mais amplo que implique um questionamento radical do sistema, e isto nom é através do exercício dumha profissom, senom ao seu pesar.

É necessário mudar parâmetros vitais para modificar as estruturas do sistema, que fagam realmente que os alicerces se timbaleiem. Conseguimos vitórias, muitas, ganhamos batalhas, muitas, mas nengumha guerra. Nom ganhamos nem sequer no nosso terreno, nem nas nossas casas, nem no nosso trabalho. Tampouco nos partidos políticos e sindicatos, nom ganhamos nos movimentos sociais e as ruas nom som nossas, mas é que ademais, deixamos cadáveres no caminho obviando as violências que estám por baixo da nossa.

liza donovan

As mulheres brancas esquecemos olhar-nos os sapatos e ver que debaixo dos nossos pés tínhamos as cabeças das companheiras racializadas sobre as quais estamos a exercer historicamente a mesma violência que denunciamos contra nós na próprias na esquerda

O feminismo das mulheres racializadas, especialmente das mulheres negras, deu-nos umha liçom que parecemos nom estar dispostas a aprender. Temos, contra delas, a mesma resistência que sofremos dos homens do bando "amigo" quando rejeitam ver-se reflexados nas nossas denúncias históricas. As mulheres brancas esquecemos olhar-nos os sapatos e ver que debaixo dos nossos pés tínhamos as cabeças das companheiras racializadas sobre as quais estamos a exercer historicamente a mesma invisibilizaçom, negaçom e violência que denunciamos contra nós na própria esquerda.

As nossas redes sociais estám cheias de mensagens reivindicando penas mais duras para determinados delitos; interpondo querelas criminais por expressons de ódio contra as ideologias de esquerda ou feministas; pedindo regulaçons para isto e para aquilo; legitimando, em definitiva, as instituiçons e estratégias do sistema criminal que nos oprime. Nom é, em absoluto, que pense que nesse terreno nom devamos luitar (acho todos som terrenos de luita), mas pretender empregar em contra do sistema e acólitos as leis e as penas, que sempre fôrom elementos de repressom dos estados é, ademais de ingénuo, contraditório. É ademais umha armadilha.

A defensa das vítimas das agressons que se realizam ao amparo dumha estrutura social (machistas, racistas, homófobas e torturas por parte das forças de segurança), requer umha análise integral do contexto que rodeia a pessoa que quer denunciar este delito para escolher umha ou outra linha de defensa, que pode até passar por nom acudir à via judicial segundo o grau de indefensom que poida sofrer a vítima e o grau de proteçom que se lhe poida dar.

De nada serve ter umhas leis que condenem a agressom, inclusive penalmente, se ao acudires aos julgados nom tés um mínimo percurso de segurança que respeite a dignidade das pessoas denunciantes, que se atopam, as mais das vezes, com um pessoal policial, médico e judicial sem nengumha formaçom neste tipo de agressons que, maioritariamente, vam questionar o seu relato.

Umha perspetiva feminista interseccional da abordagem da defensa das vitimas deste tipo de agressons requer que levemos as nossas reivindaçons a outro nível, fugindo dos dogmas, que som em si mesmos e por definiçom, excludentes das realidades mais vulneráveis.

Centrar as reivindicaçons feministas no castigo dos agressores e nas reformas legais desatendendo todo o que

(continua na página a seguir)

opiniom

(vem da página anterior)

rodeia o amparo económico e psicossocial das mulheres vítimas destas agressons machistas é um erro que nom deixamos de pagar bem caro. Como se volveu contra nós a suposta vitória de que fosse introduzido no ordenamento jurídico o delito de agressom sexual, por exemplo, é paradigmático da capacidade de reinvençom do capitalo-patriarcado criminal. Denuncia, dizem, como se isso pugesse ponto final ao problema.

A hecatombe em simultâneo à interposiçom dumha denúncia (perante qualquer autoridade, judicial ou nom) dumha agressom machista (ou racista, homófoba ou por torturas) nom se nomeia, nom se intervém e nom se debate, porque isso implica um questionamento radical do sistema.

Há que deixar de buscar talonários de receitas onde escolher a opçom de reivindicaçom ou pauta de comportamento a seguir nestes casos, acudindo a indicaçons de profissionais, pessoas "expertas" na matéria que, por um lado evidenciam a indefensom aprendida que nos fai sentir-nos incapazes de resolver a situaçom por nós mesmas e, por outro, permitem-nos eludir a corresponsabilidade de cada quem no seu âmbito, seja o qual for, na criaçom de espaços de proteçom integral das pessoas vítimas dessas agressons para que o peso da sua denúncia nom recaia nelas.

Atualmente, denunciar umha agressom machista implica elevar-se à categoria de heroína, sobre-expor-se tanto física como emocionalmente e ser julgada polo teu entorno familiar, laboral e social. Significa também, receber violência institucional ao nom terem-se estabelecidos canais seguros de denúncia que protejam a mulher do trauma psicológico de ter sofrido a agressom, tendo que repetir continuamente perante distintos atores jurídicos, sociais, policiais, assistenciais e médicos, o relato da agressom sofrida. Umha media de doze ocasions, no mínimo (muitas das vítimas passam das vinte).

Nom existem protocolos tam simples e económicos como o de estabelecer a gravaçom da declaraçom da vítima com fim de evitar que conte, caso poida, repetidamente, o relato da agressom sofrida. Nom há estabelecido um protocolo de acompanhamento para as vítimas no deambular institucional que necessariamente vam ter que fazer assim se interpom umha denúncia. Existe, isso sim, a obrigatoriedade de dar-lhes um papel onde consta que, como vítima de delitos violentos, tem determinados direitos que nom chegará quase nunca a saber onde podê-los exercer.

Atualmente, denunciar umha agressom machista implica elevar-se à categoria de heroína, sobre-expor-se tanto física como emocionalmente e ser julgada polo teu entorno familiar, laboral e social

Nom há a mais mínima intençom, por parte dos poderes públicos, de protegerem integralmente umha pessoa vítima de violências políticas, já for esta machista, racista ou ambas, porque a sua rebeldia contra essa situaçom nom está prevista e nom é assumível. Aceita-se a sua existência no rol de vítima a sofrer, mas nom no de pessoa reconstruída (as violências políticas destroem) e empoderada que exige reparaçom e responsabilidades ao entorno que sustenta essa violência.

Urge deixar de procurar soluçons jurídicas e políticas desde o feminismo para acabar com as agressons machistas, entendendo que estas sigam a ser um sistema de defensa, mas só retomando as ruas como forma de luita. Urge refundar o feminismo na sua ampla diversidade onde nom deixemos atrás companheiras e realidades negando os nossos privilégios. Urge renunciar a eles e exercer um feminismo interseccional e verdadeiro que nom poida ser engolido polo sistema branco capitalista, heterossexual e patriarcal, de volta a nós pervertido em forma de lemas nas camisetas da semana da moda de Zara.

Sandra Garrido é advogada.

sacauntos
cooperativa gráfica
imagem corporativa
design web e editorial
impressom de livros e revistas
grande e pequeno formato
www.sacauntos.com

CONTAMINAÇOM NO PORRINHO/

À espera de planos para a presença de lindano

redaçom
conselho@novas.gal

A Junta ainda nom tem preparado um plano de descontaminaçom pola presença de lindano no Porrinho. Após a última juntança entre técnicos da Junta, o concelho do Porrinho e a Confederaçom Hidrográfica Minho-Sil soubo-se através dos meios de comunicaçom que tal plano nom estará redigido até finais de maio e que se mantém a proibiçom de beber água dos poços do bairro do Contrasto.

Da Plataforma Anti-lindano da Lourinha, que aguardava que desta juntança saíssem os resultados das inspeçons realizadas pola Junta, critica-se que esta reuniom nom fosse aberta à vizinhança dos bairros que está a padecer a presença de lindano, substância categorizada como cancerígena, nas suas águas. A anterior visita dos técnicos da Junta ao Porrinho no mês de fevereiro sim que foi aberta ao público, e nela os técnicos da administraçom autonómica afirmavam que já se receberam os resultados das prospeçons e que era necessário analisá-las polo miúdo.

Neste mês de abril a surpresa e a indignaçom voltou a abalar o bairro do Contrasto após umha nova apariçom à superfície desta substância

Emerge mais lindano

Neste mês de abril a surpresa e a indignaçom voltou a abalar o bairro do Contrasto após umha nova apariçom à superfície desta substância na sequência de umhas obras num caminho deste lugar. Segundo indicam da Plataforma, trata-se do mesmo caminho em que há uns meses aparecêrom os restos de lindano que reabriram a polémica da presença deste cancerígeno nos solos do Porrinho e Mós, como se narrou em Novas da Galiza 165. "Desta vez, começárom a abrir a partir do alto, e no começo nom deveria de haver, mas ao pouco de continuar já encontrárom o depósito de lindano, porque isso tinha sido deitado no caminho há algum tempo para que nom figesse lama", salientam da Plataforma. Para esta associaçom é incompreensível que o Concelho avançasse com estas obras sem se conhecer ainda os resultados das inspeçons realizadas pola Junta.

"Nom somos alarmistas, o que queremos é transparência", indicam da Plataforma Anti-lindano; "nom podemos deixar este problema para quem vier depois de nós". Assim, a vizinhança critica também que as administraçons estejam a centrar as atuaçons apenas na presença de lindano no caminho do Contrasto, quando é umha problemática que pode afetar as águas da comarca.

"Poderia estar em Eiras"

No pleno municipal do Porrinho celebrado em 19 de março, o vereador do Meio Ambiente, Marcelino Coto Troncoso, da Unión Democrática da Louriña, realizava umhas declaraçons que causárom polémica. Coto começou a enumerar os lugares com presença de lindano, material que se empregou em diferentes obras de aterro ao longo do tempo, chegando a dizer que "poderia estar, segundo testemunhos, nos muros da barragem de Eiras". Esta barragem é a que abastece de água à cidade de Vigo e os concelhos dos seus arredores. "Se o vereador tem realmente mais provas de que isto é mesmo assim, o que tem que fazer é informar os concelhos afetados", salientam da Plataforma Anti-lindano.

REPRESSOM / A OUTRA CARA DA 'ORDEM PÚBLICA'

A maquinária do medo

ana viqueira
aarón l. rivas

Qualquer movimento político que pretenda umha reforma, umha mudança substancial na sociedade ou defenda os interesses das classes trabalhadoras enfrenta-se à criminalizaçom e a consequente perseguiçom por parte do Estado. A repressom política conta com diversos mecanismos judiciais, legislativos e policiais para o combate das dissidências e, junto com a expulsom de pessoas migrantes nom regulamentadas, é um dos piares principais das políticas de segurança nas democracias liberais.

O abano nas maos do Estado é amplo. Entre os mecanismos legislativos encontra-se a aplicaçom da legislaçom antiterrorista, comummente acompanhado de um intenso trabalho de inteligência e seguimento policial, que reduze as garantias da pessoa detida e endurece os anos de prisom. Movimentos como o independentismo e o anarquismo padeceram operaçons antiterroristas nos últimos anos. Vários movimentos anti-repressivos salientam mudanças no paradigma destas excecionalidades, focando-se atualmente mais nas intencionalidades ou nas relaçons das pessoas acusadas do que em factos concretos realizados por elas.

Mas os níveis e os mecanismos de repressom à atividade política e sindical som múltiplos e cada tipo de mobilizaçom popular e social pode encontrar-se na sua atividade com a acusaçom de ter cometido um delito e enfrentar-se a sançons, multas ou mesmo penas de prisom. Por colocar alguns exemplos, a justiça tem considerado em ocasions que o exercício dum direito como a greve pode coartar as liberdades das pessoas e as forças de segurança do Estado tenhem denunciado que a exibiçom dumha bandeira galega com umha estrela vermelha é umha incitaçom ao ódio.

Centos de casos

A repressom exercida polo Estado contra a populaçom pola sua atividade política segue diversos patrons, segundo se pode tirar dos dados recolhidos polo Observatório para a Defensa dos Direitos e Liberdades Esculca entre os anos 2010 e 2017. Os informes recolhem mais de 310 casos de repressom policial concentrando-se a maioria nos anos 2013 e 2014, com 52 e 61 casos registrados respetivamente. Conscientes de que os informes nom mostram todos os casos, mas sim os mais representativos, analisamos a estratégia repressiva realizada durante os últimos anos na Galiza.

> As sançons económicas ou intimidaçons som quase inmediatas no caso dos movimentos que emergem com força

Quinze agentes das Unidades de Intervençom Policial (UIPs) incumprírom, sem ter consequências, a normativa de levar os identificativos visíveis durante a manifestaçom juvenil do 24 de julho do ano 2013. Nesse mesmo ano, umha moça foi ameaçada e sancionada por um agente da polícia nacional espanhola após pedir-lhe o número de placa.

Este tipo de abuso de poder por parte da polícia espanhola repete-se no tempo. Por exemplo, em junho de 2012, os agentes impedem que várias pessoas assistam a um juízo e identificam todas as pessoas que solicitam que os polícias se identifiquem. Inclusive em 2014 várias pessoas som identificadas por manter umha "atitude chulesca" durante umha concentraçom em apoio a umha ativista antifascista.

As repressons rápidas

A estratégia repressiva, seja através de sançons económicas ou intimidaçons por parte da polícia, é quase imediata no caso dos movimentos populares que aparecem logo e com força. Este é o caso das mobilizaçons das preferentistas que se iniciam em 2013 após estourar a fraude bancária na emissom e venda de açons preferentes por bancos e Caixas de Aforros do Reino de Espanha.

Os casos relacionados com as preferentistas representam o 27 por cento das incidências que recolhe Esculca esse ano. A maioria som sançons por desordens públicas, mas também se recolhem cargas policiais ou agressons individuais como a exercida por um polícia local de Tui contra umha pessoa com um 63 por cento de incapacidade psíquica. Este mesmo esquema de repressom imediata também é

REPRESSOM / A OUTRA CARA DA 'ORDEM PÚBLICA'

aplicável a outros movimentos populares nascentes nesses anos como os coletivo antidespejos.

Procedimentos abertos

"A finalidade da repressom sempre é que a pessoa se assuste e vaia para a casa", exponhem ativistas do organismo anti-repressivo Ceivar, um coletivo que conta já com quinze de anos de atividade. No mês de junho do passado ano três militantes desta organizaçom, que nos últimos anos centrou os seus esforços na solidariedade com as independentistas presas, fôrom detidas pola Guarda Civil e vírom os seus domicílios registrados baixo acusaçom de "enaltecimento do terrorismo". Com esta operaçom contra Ceivar, as suas ativistas acham o estado procura ter as pessoas com a tensom de terem um procedimento aberto na sua contra. "Trata-se de manter o medo", exponhem.

Os procedimentos abertos sem data concreta de resoluçom repetem-se em diferentes causas contra movimentos sociais e em diversos níveis repressivos. No eido sindical, duas pessoas levam atualmente quatro anos com a entrada em prisom suspensa à espera da resoluçom dumha petiçom de indulto. Estes dous sindicalistas fôrom condenados a três anos de prisom pola sua participaçom num piquete durante a greve do transporte de mercadorias na província de Ponte Vedra em 2008.

Também as sançons económicas de carácter administrativo contam com um longo percurso de recursos até a resoluçom final. A secretária confederal de organizaçom do sindicato nacionalista CIG, Susana Méndez, expóm que a resoluçom de sançons pola via contencioso-administrativa "converte-se num calvário lento, custoso e que efetivamente provoca mais dificuldades para sacá-lo adiante".

uxía amigo

> Os dispositivos especiais de segurança, como os que se desenvolvem o 25 de julho, aplicam na prática um estado de exceçom encoberto

Expulsom do espaço público

Se umha das caras da repressom é o medo, outra é a censura e a proibiçom de algumhas opinions políticas em espaços públicos. Um exemplo foi o acontecido durante os anos 2013 e 2014 com as pessoas que mostravam a sua solidariedade em público com as presas independentistas em situaçom de dispersom penitenciária e longas estadias de prisom provisória. Neste período, a umhas trinta pessoas foram-lhes abertos procedimentos por "enaltecimento do terrorismo" por mostrar em espaços públicos fotografias das presas independentistas. Porém, esses procedimentos foram arquivando-se nos meses seguintes.

Qualquer tipo de simbologia soberanista pode ser suscetível de atençom por parte das forças de segurança do Estado. Durante o amplo dispositivo policial que toma a cidade de Compostela no 25 de julho e nas suas vésperas, organismos de defesa dos direitos civis tenhem recolhido casos de proibiçom de circulaçom pola zona velha a pessoas que levavam algum tipo de simbologia soberanista. Nessas jornadas de especial presença policial efetua-se também umha perseguiçom e vigilância sistemática a qualquer atividade programada polo independentismo galego.

Outro momento em que a cidade de Compostela se viu envolvida numha espécie de estado de exceçom em que as liberdades se viram coartadas foi durante a visita do Papa Bento XVI em novembro de 2010. Nas jornadas prévias à visita pendurárom-se em várias varandas da cidade bandeiras com a legenda 'Eu nom te espero' e organizaçons como o Movimento polos Direitos Civis ou Esculca denunciárom que houvo vizinhas que recebêrom visitas policiais para retirar as bandeiras ou efetuar registros nas vivendas.

Reuniom e manifestaçom

Fora da atuaçom policial nas ruas, a Administraçom também exerce violência contra a populaçom ao nom proteger direitos fundamentais como é o da liberdade à reuniom ou manifestaçom.

Entre os anos 2010 e 2012, impedírom-se umha dúzia de manifestaçons e vários concertos e jantares populares. Entre as censuradas, está a Marcha a Teijeiro em 2010, a concentraçom contra a Lei de Família do ano 2011 ou umha concentraçom perante a estátua de Manuel Fraga Iribarne em 2012. Para além disso, Esculca interpreta as medidas operativas e de segurança tomadas durante a visita do Papa a Compostela em 2010 como vulneraçons dos direitos à libre circulaçom dentro do Reino de Espanha, a produçom artística e o direito à reuniom, entre outros.

REPRESSOM / CRIMINALIZAÇOM DA PROTESTA

galiza contrainfo

MOVIMENTOS SOCIAIS /

Um arsenal variado para controlar e perseguir a política nas ruas

ana viqueira
anaviqueira@novas.gal

As identificaçons sistemáticas e as sançons económicas conformam o grosso da atuaçom policial dos últimos anos contra os movimentos sociais na Galiza. Analisado no transcurso do tempo vê-se que boa parte das ativistas que recorrem as sançons acabam por serem absolvidas e as identificaçons ficam num processo intimidatório. Ainda que partilham elementos comuns, cada movimento social enfrenta umha estratégia repressiva diferente.

Liberdade sindical em questom

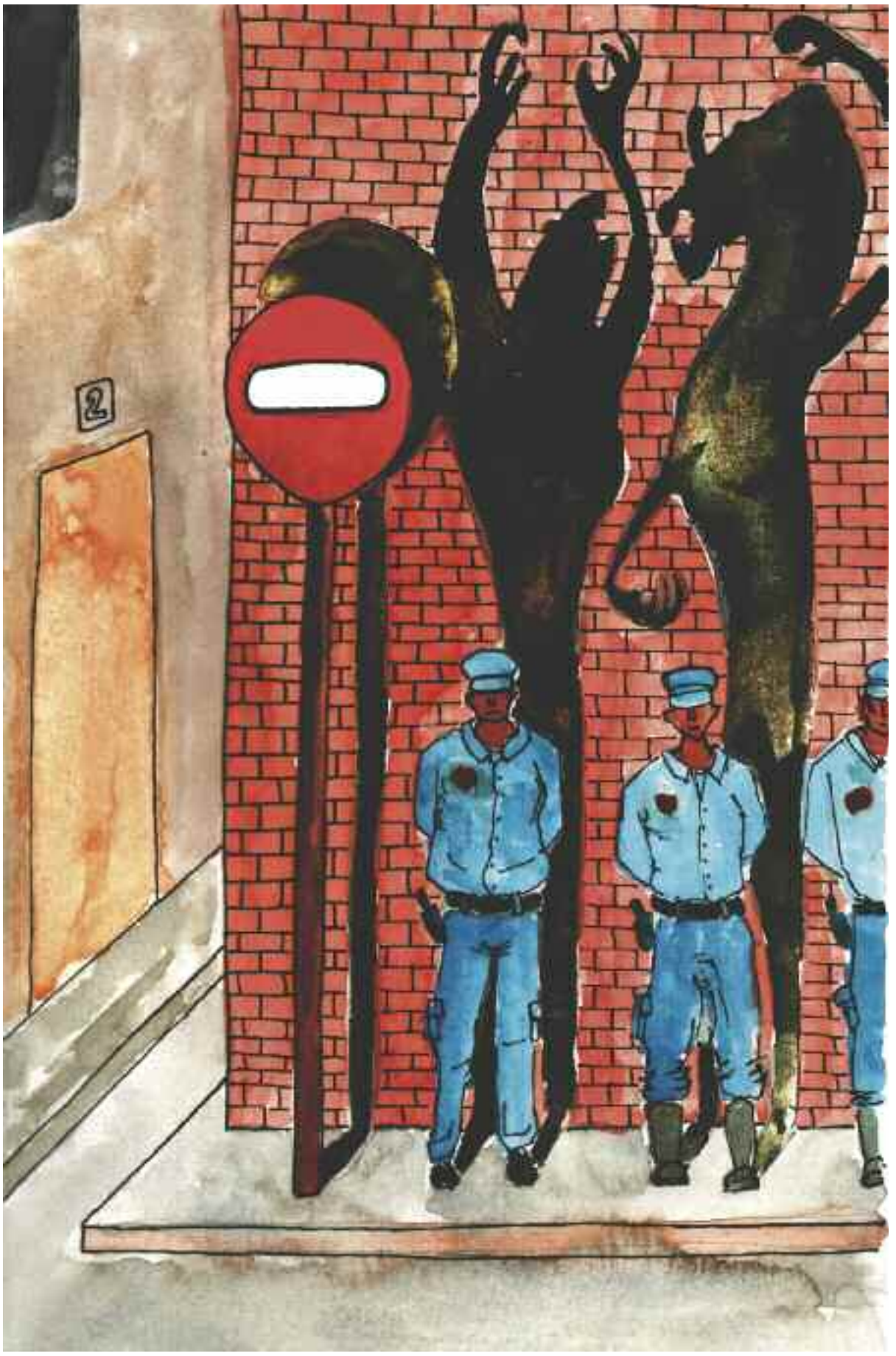
Transcorriam as primeiras horas da greve geral de setembro de 2010 quando quinze agentes da polícia detivérom com violência cinco pessoas em Lugo. O juízo nom chegaria até novembro de 2017. As demoras dos processos judiciais convertem-se numha constante que a miúdo venhem acompanhadas de altas petiçons de prisom por parte da Fiscalia. No caso da greve de 2010, a Fiscalia acusou as cinco pessoas de realizarem pintadas e a quatro somou-lhes o delito de atentado solicitando 14 meses de prisom. Hoje ainda aguardam a sentença.

> Carlos e Serafín, condenados por participarem num piquete durante umha greve do transporte em 2008, levam quatro anos à espera do indulto

À espera estám também os trabalhadores Carlos Rivas e Serafín Rodríguez, condenados a três anos de prisom por participarem num piquete durante umha greve do transporte em 2008. Ambos aguardam por um indulto que começou a tramitar-se em

REPRESSOM / CRIMINALIZAÇOM DA PROTESTA

A imputaçom em cadeia dos delitos de desordens públicas, atentado, danos e lesons contra o estudantado começa a ver-se em 2014



uxía amigo

2014. "O facto de levarem quatro anos aguardando pola resposta dum indulto deve-se fundamentalmente a tentar meter medo e desmobilizar polas possíveis consequências", destaca Susana Méndez, secretária confederal de organizaçom da Confederaçom Intersindical Galega (CIG).

Nesta linha, S. Méndez destaca o caso de Xesús A. López Pintos, ex-secretário comarcal da CIG em Ferrol, que aguarda pola apertura de juízo oral do caso que iniciou como demandante há seis anos. López Pintos denuncia torturas por parte dum agente da polícia nacional espanhola após a sua detençom em outubro de 2012. "Houvo umha carga policial contra umha concentraçom no contexto da reconstruçom naval onde foi agredido, detido, levado a comissária, incomunicado durante quase 24 horas, golpeado e torturado", lamenta a sindicalista.

O mesmo agente denunciado exerce a acusaçom particular no caso contra López Pintos em que, em base aos mesmos feitos, é acusado dum delito de atentado com umha falta de lesons para a que solicita três anos de prisom.

Violência nas greves gerais

As identificaçons, perseguiçons, ameaças e sançons a trabalhadoras marcam as atuaçons policiais contra o movimento sindical, intensificando-se no marco das greves gerais. Os mecanismos repressivos resultam evidentes na greve geral de 2011. A polícia identificou numerosas trabalhadoras, incluindo inspeçons corporais e de veículos, perseguiu piquetes e em várias ocasions carregou contra as trabalhadoras sendo necessária a hospitalizaçom de duas delas.

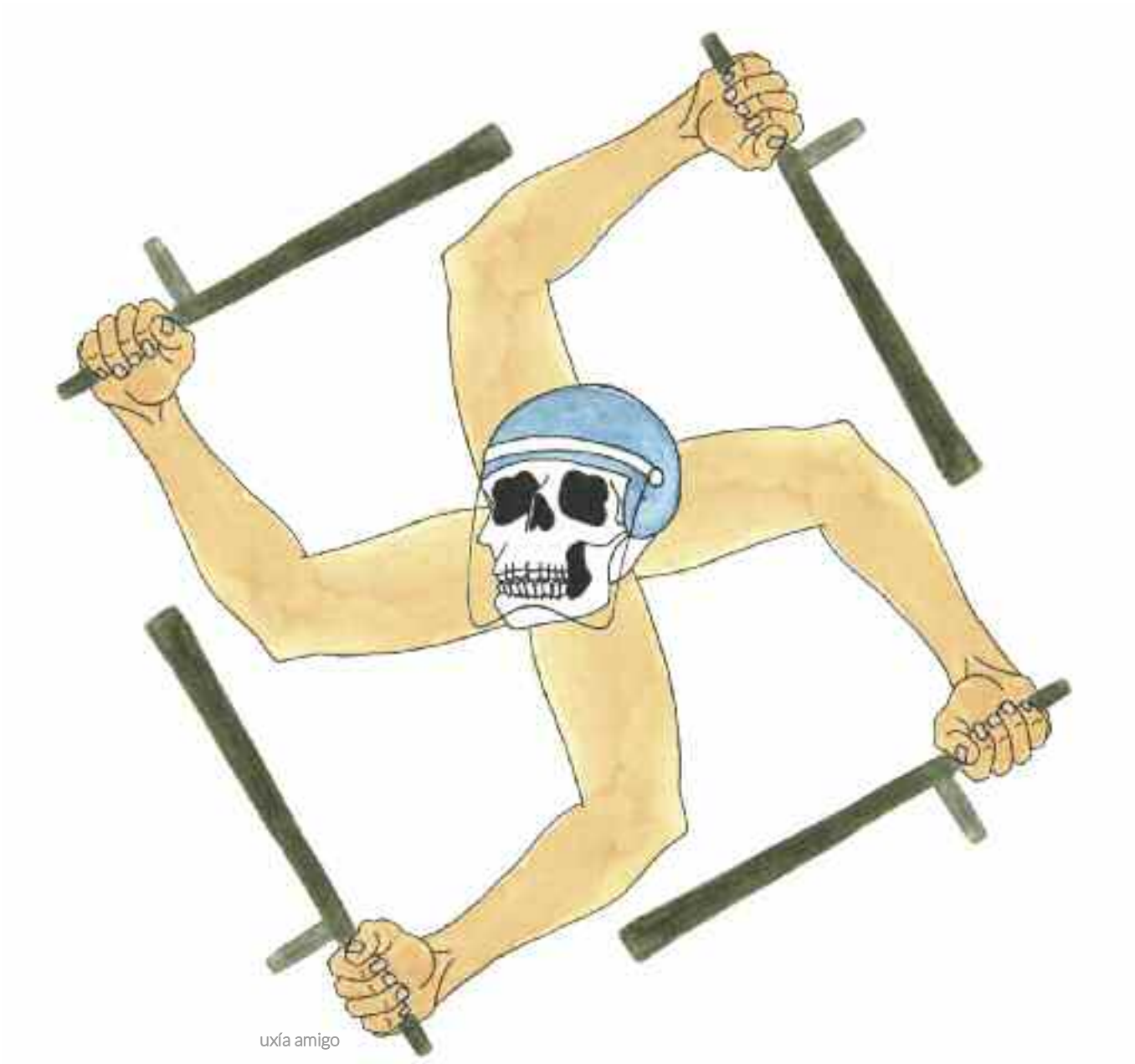
Nesta mesma greve, os agentes detivérom com violência quatro pessoas que formavam parte dum piquete às que acusárom dos delitos de danos e de agressom à autoridade. Também, a polícia identificou um advogado, membro dum dos piquetes, que pedira aos agentes que se identificassem.

"O movimento sindical corre riscos desde o momento que decide questionar o sistema e decide combatê-lo", expressa Ricardo Castro, secretário-geral da Central Unitária de Trabalhadores/as (CUT), para quem "as sançons e delitos aumentam na sua gravidade quanto maior é esse questionamento e grau de combate, influi também as siglas que esteiam detrás das reivindicaçons".

"Agora há mais sançons administrativas"

Os últimos dados publicados polo Observatório para a Defesa dos Direitos e Liberdades Esculca em que aparece a repressom contra o movimento

REPRESSOM / CRIMINALIZAÇOM DA PROTESTA



uxía amigo

sindical, os do 2017 e 2016, recolhem sobre todo sançons económicas. Da CIG, Susana Méndez vincula-o com a aplicaçom da Lei Mordaça, aprovada em 2015, que permite umha maior amplitude de sançons pola via administrativa. "Parece que se apresenta com caráter mais leve ou benévolo do que a via penal, mas realmente no direito administativo reduzem-se as garantias porque a administraçom atua como juiz e parte existindo a presunçom de veracidade por parte da autoridade".

Para que as sançons nom provoquem medo e parálise entre as trabalhadoras, na CIG centram-se no suporte da organizaçom ademais do assesoramento prévio e assim "ter essa habilidade de procurar nom fazer certas atividades ou movimentos que, ainda nom sendo delitivos nem muito menos, podam facilitar a imposiçom de sançons ou acusaçons por diversas questons".

Da CUT, Ricardo Castro vê fundamental situar a estratégia de repressom no seu contexto para combate-la com inteligencia coletiva. Se existe umha greve num centro de trabalho, a repressom centrará-se "na companheira ou companheiro que destaque na protesta e na parte mais débil, como as contratadas temporais para que lhes serva de exemplo, mas se estamos numha greve geral vam reprimir à luita combativa e de açons próprias". Assim, Castro aposta em determinar a direçom dos ataques com o objetivo de estar preparadas e luitar contra eles.

Movimento estudantil

Os abusos policiais contra o movimento estudantil recolhidos por Esculca intensificam-se entre o 2012 e 2015, no marco das protestas contra a Lei Orgánica para a melhora da qualidade educativa (LOMCE).

> A estratégia repressiva contra o movimento feminista passa por vender a imagem de que as mulheres nom som capazes de atacar o 'status quo'

No 2013, ano no que fica aprovada a LOMCE, intensificam-se as manifestaçom e sançons. Duas pessoas mesmo recebem umha multa por berrarem 'vergonha me daria ser polícia' após umha das protestas.

A imputaçom em cadeia dos delitos de desordens públicas, atentado, danos e lesons começa a ver-se em 2014. O 20 de fevereiro, onze pessoas fôrom acusadas destes quatro delitos e, em abril, o mesmo lhe ocorreria a seis das estudantes que participam dumha manifestaçom solidária com as trabalhadoras do cerco.

Em fevereiro de 2015, sete estudantes fôrom acusadas de delitos de atentados contra a autoridade, desordens públicas, lesons e danos no marco de umha das manifestaçons que tivérom lugar no 2012 contra a lei Wert. Duas fôrom condenas a dous anos de prisom e umha terceira pessoa a 12 meses.

Do ativismo juvenil, Antía Balseiro, sustém que o mais comum é ser imputada por este tipo de delitos de "caráter genérico". "Estám a ser facilmente imputáveis, facilitando que as condenas dependam cada vez mais da interpretaçom e intençons de juízes e polícia", sustém. Ademais, "a juventude é o principal alvo de criminalizaçom mediática, seja porque temos um papel importante em muitas mobilizaçons ou porque nos utilizam para deslegitimá-las".

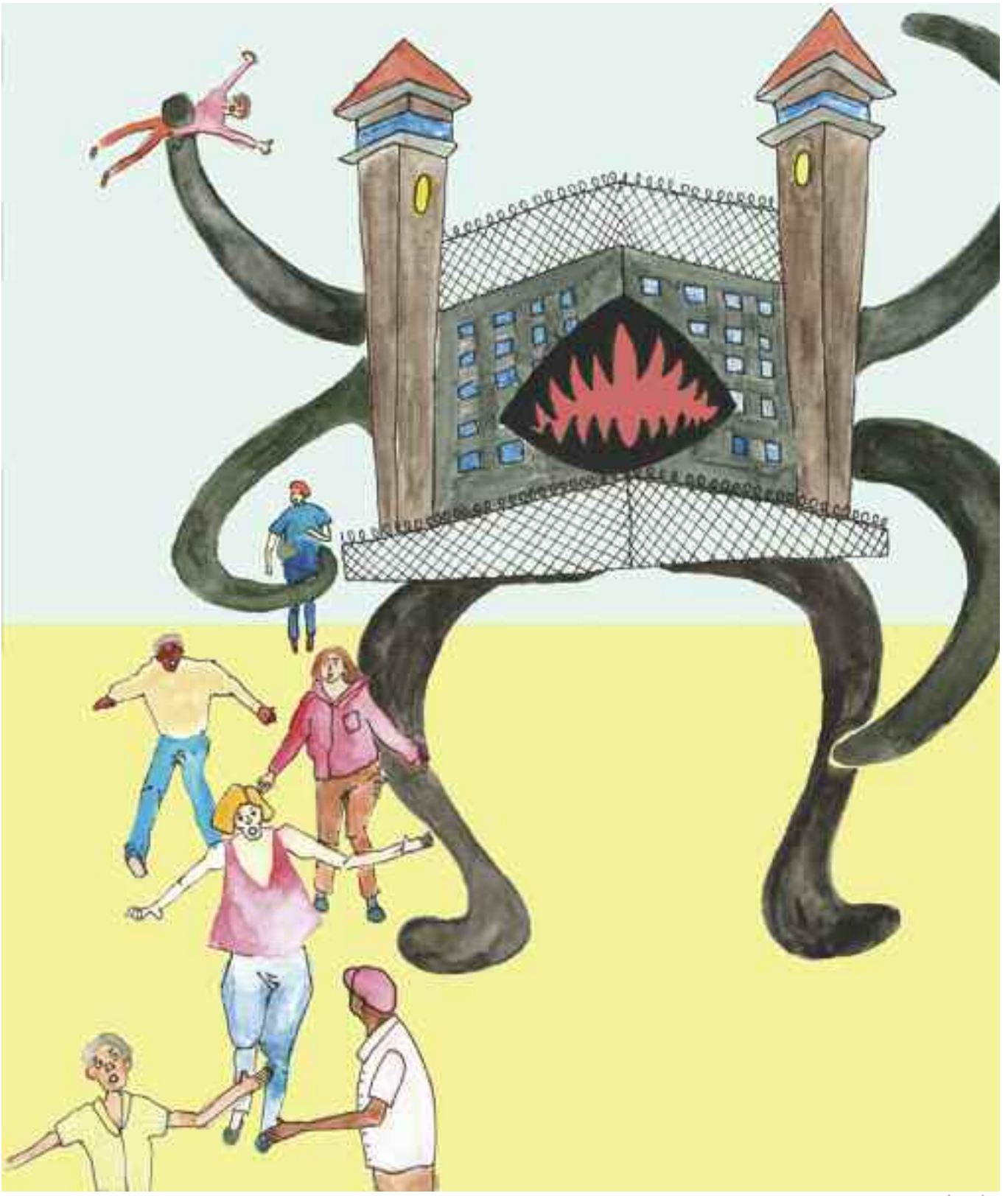
Balseiro percebe umha evoluçom nos métodos repressivos contra a mocidade onde os "casos concretos de penas de prisom por causas irrisórias cada vez som mais comuns, aparecem novos delitos e os que havia aplicam-se de maneira muito mais ampla".

Negar a força ao feminismo

A maioria dos abusos policiais contra o movimento feminista concentram-se o 8 de março. Recolhem-se sançons económicas por realizar pintadas, murais e colada de cartazes, identificaçons e a negaçom de autorizaçons de manifestaçons como foi o caso dumha protesta contra a Lei de Família.

Balseiro, também ativista feminista, considera que "na açom feminista a repressom física reduz-se", mas porque as pautas repressivas som outras. "Semelha que há delitos que sim se nos permitem e outros, masculinos, que nom nos correspondem, e polo tanto castigam-se", indica. Este estratagema repressivo, que liga com violências estruturais específicas contra as mulheres, "é outra consequência do patriarcado que trata de invisibilizar a nossa luita, vender a imagem de que nom somos capazes de atacar o seu *status quo* e portanto o Estado nom nos responde".

REPRESSOM / MEDIDAS DE EXCEÇOM



uxía amigo

O anti-terrorismo na maquinária repressiva

aarón l. rivas
aaronlrivas@novas.gal

O emprego da legislaçom antiterrorista para o controle da dissidência política é um mecanismo do Estado com anos de trajetória na Galiza, sendo aplicada especialmente a militantes independentistas. A fase atual de aplicaçom de este direito de exceçom foi ativada polo estado espanhol num momento em que se espalhavam polo país diversas açons de sabotagem, dirigidas especialmente a imobiliárias e entidades bancárias.

Caraterísticas de esta legislaçom de exceçom som a incomunicaçom durante a detençom e a posta a disposiçom da Audiência Nacional, tribunal com competências em delitos de terrorismo. Outras medidas penais costumam acompanhar estas causas como o ingresso em prisom incondicionada, a dispersom penitenciária e a catalogaçom como preso de especial seguimento umha vez na cadeia. A média de tempo que as ativistas detidas pola legislaçom antiterrorista passam em prisom sem juízo é superior ao ano e meio. Entre 2005 e 2009, duas militantes independentistas passárom três anos e três meses em prisom preventiva, sendo umha de elas finalmente condenada a três anos, um tempo menor do qual levava presa.

> A média de tempo que as detidas pola legislaçom antiterrorista passam em prisom sem juízo é superior ao ano e meio

Castinheira e Cacharrom

Pode-se ubicar como ponto de partida da aplicaçom de este dispositivo jurídico de exceçom no 2005, quando dous independentistas som detidos após a explosom de um artefacto numha sede da Caixa Galicia na cidade de Compostela, na véspera do 25 de julho. Nesse mesmo ano, umha nova operaçom atacava em 2005 o independentismo galego: a Operaçom Castinheira, desenvolvida no mês de novembro. Onze militantes independentistas, a grande maioria vinculadas à Assembleia da Mocidade Independentista (AMI), fôrom detidas em diferentes partes do país e deslocadas até a Audiência Nacional, ficando em liberdade após o depoimento ante o juiz. Durante o operativo policial fôrom registrados centros sociais, vários domicílios e mesmo desativadas algumhas webs independentistas. Toda esta operaçom, e as suas consequentes acusaçons de associaçom ilícita e enaltecimento do terrorismo, ficou arquivada em 2008. Nom era a primeira vez que umha organizaçom independentista se enfrentava ao cargo de 'associaçom ilícita', pois uns meses antes seis militantes da associaçom juvenil Briga seriam detidos no marco da Operaçom Cacharrom, a qual também seria arquivada. Estas duas operaçons, Cacharrom e Castinheiras, fôrom baptizadas com os apelidos de dous garda-civis mortos

REPRESSOM / MEDIDAS DE EXCEÇOM

galiza contrainfo

polos Grapo em 1978 e 1980, anos antes de existirem as organizaçons juvenis assaltadas.

Nesta fase repressiva, a aplicaçom de medidas excecionais atingiu também o movimento operário. A finais de 2010 e começos de 2011 som detidos em Vigo três sindicalistas acusados de ataques a escritórios do Inem nesta cidade. Ainda que padecerám a incomunicaçom e a dispersom penitenciária, as suas açons nom serám consideradas "terroristas" e nom competem à Audiência Nacional mas a um julgado de Vigo. Dos três detidos, dous irám a juízo resultando um deles condenado a dous anos de prisom por danos, depois de ter passado um ano e cinco meses em incondicionada, e outro deles a quatro anos por tença de explosivos, após dous anos de prisom incondicionada.

Sentença e enaltecimento

Porém, um ponto de inflexom na aplicaçom de medidas de exceçom a militantes independentistas chegará após o juízo contra quatro militantes em junho de 2013. Nesta ocasiom por vez primeira som condenados ativistas por "participaçom em organizaçom terrorista" numha sentença que conclui que desde 2005 opera na Galiza umha organizaçom qualificada como "terrorista" que tem "por finalidade subverter a ordem constitucional de Espanha".

Nesse 2013, de jeito paralelo a este processo judicial e imediatamente após a sentença, a Audiência Nacional abriu processos por "enaltecimento do terrorismo" por portar fotos de presas independentistas no espaço público. O organismo anti-repressivo Ceivar contabilizava no primeiro trimestre de 2014 umhas 26 pessoas com este procedimento aberto, mas o número continuou crescendo nos seguintes meses. Se polo geral, essas causas fôrom delegadas a julgados galegos para a toma de declaraçom, um total de sete pessoas (três de elas menores de idade) fôrom chamadas a declarar a Madrid. Finalmente, estas causas ficárom arquivadas.

Mais sentenças sobre pertença a banda armada

Desde a sentença de 2013 sete militantes independentistas passaram ante a Audiência Nacional com acusaçons relacionadas com a sua presunta participaçom numha organizaçom terrorista. De esses sete, um deles, a quem se assinalava como responsável do aparelho financeiro de essa organizaçom, viu como após mais de um mês de prisom sem juízo e o pagamento de umha fiança de 6000 euros a sua causa era arquivada.

> Desde 2013, em três casos os cargos de pertença ou colaboraçom com organizaçom terrorista fôrom desbotados pola justiça espanhola

Os independentistas aos que se lhes aplica a legislaçom anti-terrorista enfrentam-se a petiçom e condenas de cárcere mais elevadas do que na fase anterior à sentença de 2013. Porém, em três de estes casos os cargos de pertença ou colaboraçom com organizaçom terrorista fôrom desbotados pola justiça espanhola.

Perseguiçom política

Em novembro de 2015 abre-se umha nova fase na aplicaçom de legislaçom de exceçom contra o independentismo. É a Operaçom Jaro I, onde nove militantes da organizaçom política Causa Galiza som detidas, ficando em liberdade após o depoimento judicial acusadas de integraçom em banda armada e enaltecimento do terrorismo. As detençons estám acompanhadas do aparato mediático, registos domiciliários e incomunicaçom. Produto de esta causa, a atividade política da Causa Galiza será suspendida pola Audiência Nacional durante mais de um ano. Em junho de 2017, o juiz Eloy Velasco declara esta causa como "complexa", umha decisom que permite alongar dezoito meses mais a instruçom.

É logo quando acontece a Operaçom Jaro II, onde som detidas três militantes do organismo anti-repressivo Ceivar

REPRESSOM / MEDIDAS DE EXCEÇOM

por "enaltecimento do terrorismo", umha operaçom que contou com registos domiciliários, mas nom com o deslocamento de estas pessoas ante a Audiência Nacional. Estes procedimentos contra integrantes de Causa Galiza e Ceivar continuam abertos.

Aranhas nas redes sociais

Nos últimos anos, organismos anti-repressivos estatais tenhem detetado umha mudança de paradigma na repressom através da atividade antiterrorista, a qual nom se centraria tanto nos feitos concretos senom nas relaçons ou a intencionalidade. Ademais, nos últimos anos disparou-se a perseguiçom de opinions políticas nas redes sociais por parte da Audiência Nacional, enquadrando-as no delito de "enaltecimento do terrorismo". Se bem estas operaçons nom contam com a excecionalidade dos casos até agora descritos (nom costuma produzir-se incomunicaçom, registos domiciliários ou a imediata disposiçom perante um juiz), tenhem em comum que procedem do mesmo tribunal.

Desde o ano 2014 a justiça espanhola levou a cabo quatro redadas vinculadas com a Operaçom Aranha, que persegue as mensagens de "enaltecimento do terrorismo" polas redes sociais. Segundo os relatórios do Observatório para a Defesa dos Direitos e Liberdades Esculca, um total de quatro pessoas foram detidas na Galiza no marco de estas operaçons.

Em julho de 2016 umha operaçom policial no concelho de Cangas, denominada como Operaçom Tarántula, detivo três jovens desta localidade por mensagens que supostamente incitavam ao ódio, sendo umha das pessoas detidas um concelheiro do governo municipal. O julgado de Cangas arquivará duas de essas causas, entre elas a do concelheiro, enquanto outra a derivará à Audiência Nacional.

Mas a perseguiçom pola expressom de ideário político nom remata nestas redadas. Assim, três jovens galegos estám entre os doze integrantes do coletivo de rap *La Insurgencia* condenados pola Audiência Nacional a dous anos e um dia de prisom. Considera-os culpáveis de enaltecimento do terrorismo polas letras das suas cançons.

EVENTOS DESPORTIVOS /

grada celta

Criminalizaçom e censura da bandeira galega

Outro lugar onde as expressons políticas encontram-se com perseguiçom e silenciamento som os encontros desportivos. Assim, Esculca tem registrados vários casos de retirada de bandeiras nacionalistas galegas e retirada de faixas solidários com as presas independentistas no Multiusos Fontes do Sar de Compostela, em encontros do Obradoiro CAB.

Onde mais se nota a perseguiçom à reivindicaçom soberanista nos lugares de desportos é nos campos de futebol. Segundo salienta o relatório *Democracia Envenada*, da Esculca, em setembro de 2013 a Polícia Nacional obstaculizava o paso a siareiros com simbologia independentista no estádio compostelám de San Lázaro no partido entre o Celta de Vigo e o Compostela em homenagem às vítimas da tragédia de Angrois. No estádio de Pasaróm, em Ponte Vedra, também se retirárom estreleiras em dezembro de 2015.

Porém, esta perseguiçom vem-se repetindo nos deslocamentos das claques galegas. Em janeiro de 2017, no campo do Leganês as forças de segurança retirárom bandeiras galegas com estrela amparando-se na aplicaçom da Lei contra a violência, o racismo, a xenofobia e la intolerância nos desportos. A plataforma polos Direitos Civis apresentou umha queixa à Direçom Geral da Polícia perguntando os motivos da retirada, mas a resposta foi a negativa a expor tais motivos.

Em 2013 e 2014 várias pessoas fôrom identificadas por levarem estreleiras ou pretenderem exibir faixas com conteúdo político durante 'La Vuelta a España'

Também na prova ciclista *La Vuelta a España* no seu passo por terras galegas se registram açons das forças de segurança contra portadoras de bandeiras galegas. Em 2013 e 2014 várias pessoas fôrom identificadas por levar estreleiras ou por pretender exibir faixas com conteúdo político. Em 2013 um militante do nacionalismo era identificado por pintar umha bandeira galega com a mensagem 'Galiza Nación' onde rematava umha etapa. Este nacionalista foi denunciado pola Guarda Civil e absolvido num juízo de faltas.

ana viqueira
a resistência do dedo médio

Som as sete e meia da tarde quando Silvia Federici entra no salom com um sorriso e umha energia que surpreendem. Ninguém pensaria que o dia anterior chegou à Galiza num voo de dez horas, nem que esta mesma manhá inaugurou a Semana Galega da Filosofia em Ponte Vedra com um relatório sobre as mulheres e a reconstruçom do comum. Federici chega intrigada após escuitar a palestra da tarde a que acaba de assistir. "Era português?", pergunta Federici sobre o conferencista. Quando se acomoda na poltrona, inclina-se ligeiramente cara diante e olha fixamente aos olhos, algo que nom deixará de fazer nos seguintes quarenta minutos.

Silvia Federici
filósofa
e historiadora

charo lopes

"O conceito do **comum** é o da **autodeterminaçom** e autogoverno"

A ideia do comum marca profundamente o seu trabalho. Como configura este conceito?
O comum nom se pode pensar de forma pura porque estamos inundadas de relaçons capitalistas, portanto, pensamos no comum numha situaçom de transiçom. Isto pode-se fazer com projetos limitados, como as hortas urbanas ou a banca do tempo. Assim e todo resulta mui importante ir além de projetos assim. Cumpre pensar o comum como umha perspetiva, umha criaçom de espaços decisionais coletivos. Pode-se pensar no comum como um princípio que nos ajuda a conformar todas as luitas, como a da vivenda. Da perspetiva do comum, nom se trata só de conseguir um teito mas também de criar um espaço de açom coletiva que permita juntar-nos com outras pessoas. O comum une o que o capitalismo divide.

Essa via que abre a perspetiva do comum acolheria a luita das naçons sem Estado?
Claro, poderia ser umha das situaçons para ir além do Estado! O Estado é opressom, capitalizaçom e justificaçom da exploraçom.

A finalidade seria que nom nos figesse falta o Estado porque viveríamos da autogestom?
O conceito do comum é o da autodeterminaçom e autogoverno, e isso significa nom-Estado.

As mulheres tenhem um papel protagonista na resistência e luita polo comum. Deve o fe-

minismo tê-lo em conta para combater o patriarcado?

Nom fago diferenças entre luita de mulheres e feminismo, sempre que seja de classe. Nom falo do feminismo captado polo Estado ou que busca a paridade com os homens!

Se pensamos o comum como a capacidade de subverter as divisons sociais e as hierarquias, entom presume-se umha perspetiva anticapitalista e antipatriarcal. Existe umha luita de mulheres em comunidades indígenas que buscam despatriarcalizar o comum indígena sem que leve à privatizaçom da terra. O comunitário tem que englobar todo! O uso e herdança da terra é de todas e a assembleia deve estar conformada por todas as pessoas. As luitas contra a lógica capitalista e patriarcal som inseparáveis.

charo lopes

Essa perspetiva anticapitalista também se encontra nas suas reflexons sobre os cuidados. Defende que os cuidados nom som só afetos mas que também produzem mao de obra para o capitalismo. Como desenvolve esta ideia?

Nos anos setenta vimos que os beneficiários reais do trabalho reprodutivo que fazíamos as mulheres nom eram os nossos familiares mas os patrons. A classe capitalista, na sua totalidade, é a que beneficia dos trabalhos que fam as mulheres porque do contrário teriam que criar umhas infraestruturas que permitissem que as pessoas puidessem ir trabalhar. Entom, o capitalismo pode reproduzir a força de trabalho a um preço mui baixo com a desvalorizaçom do trabalho das mulheres, umha exploraçom que serve à acumulaçom do capital.

Esta reflexom foi muito importante. Primeiro, fomos capazes de ver que rejeitar o trabalho doméstico nom é um crime contra a nossa família. Quando compreendes que através do trabalho doméstico se disciplinam as nenas e nenos, se produzem trabalhadoras, abres um olhar que che permite rejeitá-lo sem o sentimento de culpa. Também vês que este trabalho é a parte central da acumulaçom de riqueza. Sempre che dixérom que eras a dependente quando és o eixo central do sistema. Isto dá força e confiança, porque podes luitar a partir do teu trabalho, da tua exploraçom e nom através da dos homens. Somos parte da reproduçom da manutençom desta máquina de capital e temos o poder de subvertê-la. Termos a consciência do nosso papel como mulheres proletárias constituiu um grande empoderamento.

"Somos parte da reproduçom da manutençom desta máquina de capital e temos o poder de subvertê-la. Termos a consciência do nosso papel como mulheres proletárias constituiu um grande empoderamento"

As trabalhadoras do lar assalariadas ainda tenhem menos direitos que as demais trabalhadoras dentro do estado espanhol. Em que medida nos está a influir a todas as mulheres, que desenvolvemos esses trabalhos de forma nom remunerada, e que relaçom guarda com a divisom internacional do trabalho?

Quando as mulheres de Europa e dos Estados Unidos rejeitárom fazer o trabalho doméstico e fôrom assalariadas fora da casa, colocou-se o problema

NUTRIMOS AS TÚAS IDEAS!
audiovisual | fotografía | animación | deseño | formación
www.illabufarda.gal | info@illabufarda.gal
ILLA BUFARDA

charo lopes

Silvia Federici é umha referência dentro do pensamento feminista-marxista, na atualidade mui ligada ao movimento das comuns. A filósofa e historiadora situa o início da acumulaçom do capital na expropriaçom do trabalho reprodutivo das mulheres e a sua conversom em trabalho nom assalariado, umha tese que desenvolve em *Calibám e a bruxa: mulheres, corpo e acumulaçom originária* (2004) e que amplia em *O patriarcado do salário* (2018).

de quem ia fazer esse trabalho de cuidado do lar. Parte da reestruturaçom da economia global foi a do trabalho reprodutivo com a importaçom de mulheres migrantes empobrecidas. Para que umha mulher receba umha remuneraçom polo trabalho doméstico, tem que o realizar fora da sua casa e, ainda assim, o trabalho reprodutivo acha-se sempre em más condiçons e desvalorizado.

O trabalho doméstico nom remunerado nom se eliminou mas todo o contrário, cresceu. O governo recortou boa parte dos serviços polo que o trabalho de reproduçom é maior. No hospital dam-che a alta muito cedo polo que recebes esses cuidados na casa, por exemplo.

Existe umha naturalizaçom da institucionalizaçom do casal heterossexual monógamo?

A heteronormatividade é um dos aspetos da divisom sexual do trabalho. Se deves reproduzir o trabalhador assalariado, claro que deve ser umha família heterossexual. O capitalismo começa com o ataque à comunidade das mulheres.

"O trabalho doméstico nom remunerado nom se eliminou senom todo o contrário, cresceu. O governo recortou boa parte dos serviços polo que o trabalho de reproduçom é maior"

Sustenta que a violência contra as mulheres está a aumentar no mundo. Qual é a razom?

É um discurso mui longo! - Ri -. Estamos a armar umha website sobre o incremento da violência contra as mulheres e a nova forma de acumulaçom capitalista. A violência contra as mulheres nom é umha novidade, mas é um elemento contínuo na organizaçom da família nuclear debaixo da proteçom do Estado. Agora também vemos umha violência nova relacionada com a acumulaçom originária, umha nova caça às bruxas. Falamos de assassinatos como os de Berta Cáceres ou Marielle Franco, também se matam mulheres em áreas zapatistas pola sua resistência. Rita Segato diz que assassinar mulheres é enviar umha mensagem à populaçom. As mulheres estám mais presentes na rua, emigram, recebem a violência da polícia fronteiriça. A nova condiçom do trabalho das

"Agora também vemos umha violência nova relacionada com a acumulaçom originária, umha nova caça às bruxas. Falamos de assassinatos como os de Berta Cáceres ou Marielle Franco"

charo lopes

CAÇAS ÀS BRUXAS /

"Como se pode apresentar umha matança de mulheres como algo folclórico?"

Denuncia o uso perverso e degradante da imagem das mulheres, como é o das bruxas. Que deveríamos fazer para dignificar a sua figura, sobretodo na Galiza onde as meigas tenhem muita importância?

Com a equipa de *Traficantes de Sueños* fomos visitar lugares em que houvo caças às bruxas e atopamos um comércio obsceno. Vendem-se bruxas com vassoira, os dentes saídos para fora, olhos satânicos... um horror! Visitamos lugares como Zugarramurdi onde houvo umha perseguiçom de mulheres em começos do século XVII.

Assenta a ideia de que a caça às bruxas é a expressom da luita antiga entre a superstiçom e a razom. Nom! Falamos das mulheres como as de Zugarramurdi! No verao figemos um chamamento aos coletivos para dizer basta e haverá umha seguinte reuniom perto do 8 de março de 2019 em Zugarramurdi. Pedimos umha visom real do que foi a caça às bruxas porque isto tem impacto sobre o nosso presente. As nenas e os nenos vam com a sua bruxinha... nom! Perpetua umha imagem misógina e obscena sobre as mulheres. Como se pode apresentar umha matança de mulheres como algo folclórico? Como?!

mulheres também as coloca numha maior vulnerabilidade porque antes serviam um homem e agora muitos.

A violência individual dos homens penaliza a autonomia, nom te deixam ir embora. Todo isto relaciona-se com a militarizaçom da vida e o aumento do número de pessoas, a maioria homens, que trabalham com a violência: exércitos formais ou informais, guardas de segurança, soldados... A violência é impune a olhos do Estado polo que legitima essa violência individual e cria modelos mui agressivos da masculinidade.

É importante ver que a violência nom agride todas as mulheres da mesma forma, mas também ter em conta os factores comuns e que, na realidade, somos testemunhas dum incremento da violência seja no número de violaçons ou no aumento da brutalidade. Nom só se mata como também se tortura. É umha violência que fai pedagogia da crueldade, umha violência que nom só é utilitária mas também expressiva já que envia umha mensagem para aterrar as mulheres e a populaçom do lugar.

Face ao incremento da violência contra as mulheres, que papel jogou este 8 de março?

'*Ni una menos, ni una más*', foi promovido polas mulheres que protestavam contra os feminicídios na Argentina. Este 8 de março foi mui importante, um "basta já" desta violência, umha prova da força das mulheres.

Para mim, o mais importante é ver como coagula esse poder, como se traduz em práticas, em horizontes de luita, estruturas, espaços... A presença das mulheres nas ruas demonstrou que som capazes de mobilizar-se, e agora o importante é defini-lo, mobilizar-se para quê.

"Seria fatal que o movimento feminista voltasse a desinvestir o seu poder social para o dar ao Estado"

Existe um risco de que diante deste auge se procure institucionalizar o movimento feminista?

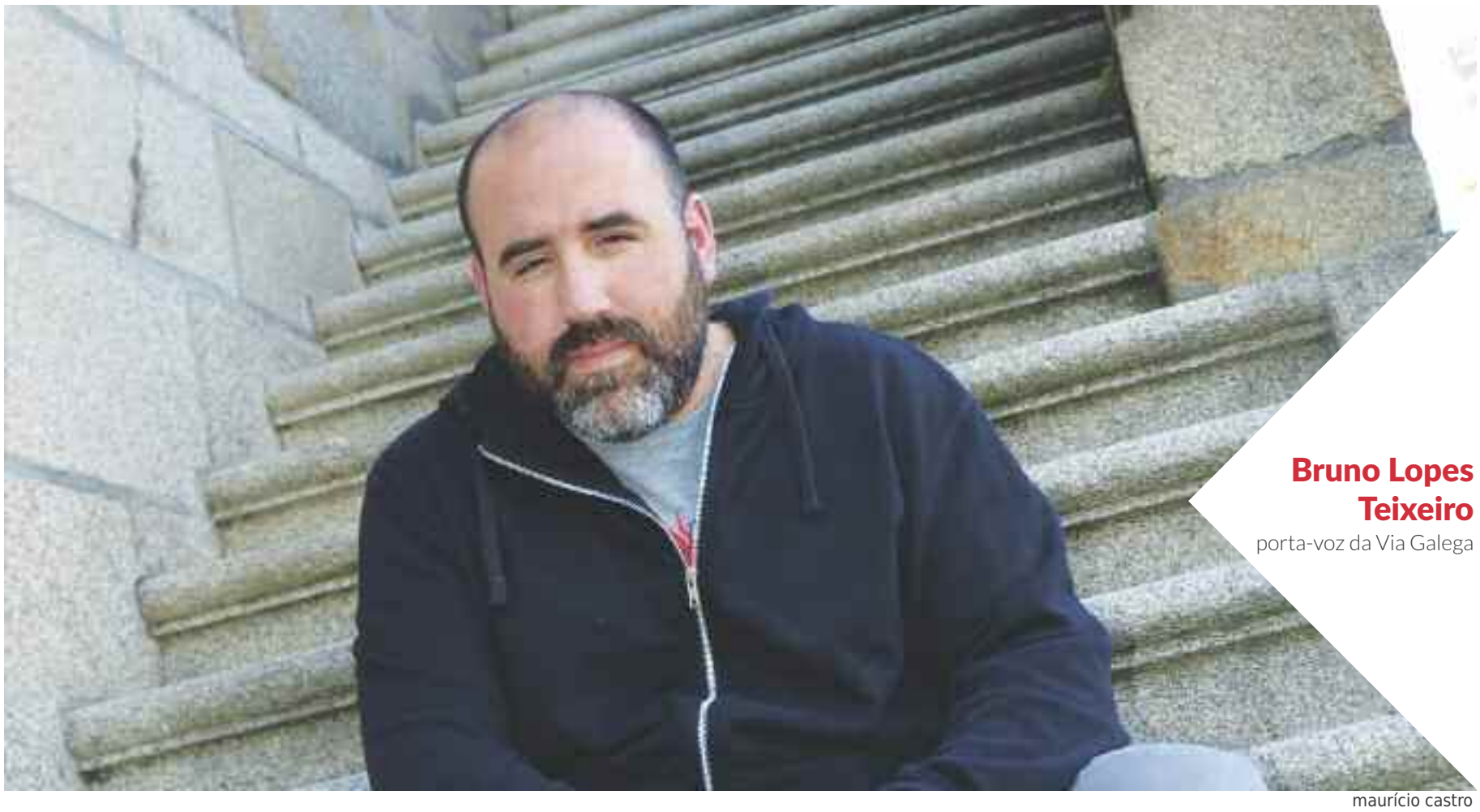
Espero que nom! O movimento feminista está vacinado polo que aconteceu no passado, o que ocorreu nos anos 80 ensinou-nos a evitar a institucionalizaçom. Seria fatal que voltasse a desinvestir o seu poder social para o dar ao Estado e espero que isso que nom aconteça. A nova geraçom feminista é mais forte, mais combativa.

É otimista, nom é?

Se nom, nom se fai nada! Claro que som otimista!

noélia rodrigues

Há meio ano botava andar a Via Galega (em adiante, VG) a iniciativa da Fundaçom Moncho Reboiras que posteriormente reuniria outras fundaçons e mais de 50 coletivos e entidades. O seu objetivo é criar umha plataforma social que consiga que se interiorize e dote de conteúdo a reivindicaçom que como Povo nos corresponde: Galiza é umha naçom e têm direito à autodeterminaçom. Bruno Lopes Teixeiro é um dos seus porta-vozes, militante independentista, membro da diretiva da Fundaçom Artábria e ativista nos movimentos sociais. Sem militância partidária a dia de hoje, define-se como "um de tantos orfos independentistas que há no País".



Bruno Lopes Teixeiro
porta-voz da Via Galega

maurício castro

"Falar de **independência** é um **tabu**"

Por que agora a VG?
A situaçom de crise do nosso projeto nacional faz necessário que agromem iniciativas que criem consciência. Atualmente temos uns índices pró-independência ou polo direito à autodeterminaçom com uns níveis mui baixos e surge como ferramenta transversal para criar essa consciência.

VG assegura que é o reconhecimento das naçons o que está no cerne do debate político, nom será o processo de rutura de Catalunya com o Estado e a sua renúncia ao teito competencial?
É evidente que o foco do debate está na Catalunha e isso abre expetativas para outros povos como a Galiza. Acho que a Catalunha mais do que renunciar superou o quadro constitucional espanhol como fruto dumha acumulaçom de forças que a dia de hoje estamos muito longe de atingir e é aí onde pretende intervir a VG.

Numha entrevista à VG di-se *"ter en común a defensa do carácter plurinacional do Estado e o recoñecimento do dereito de autodeterminación"*. Qual o posicionamento político da VG?
É o que consta no manifesto fundacional. Haverá quem se identifique com um Estado Espanhol plurinacional e haverá gente, como eu, que aspira a um Estado Galego, mas naquilo que apostamos todas é no exercício da autodeterminaçom como ponto de encontro.

"Naquilo em que apostamos todas é no exercício da autodeterminaçom como ponto de encontro"

É um tabu falar em independência na Galiza?
É claro que sim, nos meios de comunicaçom convencionais, na maior parte de partidos e sindicatos. A aposta soberanista, incluindo o caminho independentista, é minoritário e daí a importância que a VG atribui ao facto de trabalharmos socialmente.

Mas a VG nom aposta claramente pola independência.
A VG nom é umha iniciativa inde-

"É necessário um período de reflexom e debate entre todas as que nos sentimos orfas e o independentismo organizado para que avance com umha reorganizaçom do movimento de libertaçom nacional"

pendentista, é em prol do direito de autodeterminaçom. Se só formos ao encontro de pessoas já convictas, o País irá ter pouco a ganhar. Ogalhá que setores nom soberanistas ou independentistas se adiram ao trabalho da VG, tudo quanto some será bemvindo desde que seja reconhecido o direito de autodeterminaçom.

Acreditais numha reforma constitucional?

Pessoalmente nom acredito e se a houvesse, iria no sentido de recentralizar o próprio Estado com a Galiza a perder mais direitos, mas a VG nom nasce para promover debates nem reformas em termos institucionais nem para entrarmos às disputas ou aritmética partidária porque nom é esse o nosso terreno de jogo.

Qual é a estratégia da VG para atingir os objetivos ou ficaria numha simples pedagogia democraticista que nem sequer teria percurso legal?

Serám outras ferramentas políticas existentes ou que estám por construir as que definam estratégias de rutura. Por exemplo na Catalunha nom tem encaixe, mas assoma e está a combater o Estado. A funçom da VG é pedagógica, mas nom é umha questom nova, já houvo outras que nascérom com essa funçom noutros contextos como fôrom as Bases Democráticas Galegas ou a primigénia Causa Galiza.

A VG atua como foco independente de partidos e estratégias, é a política algo ilegítimo ou antes, nada tem a ver com os objetivos da VG?

A política é mais ampla do que a intervençom partidária sendo necessária esta, mas a atividade dos partidos têm os seus limites e umha conceçom mais extensa da política permitiria o incorporar de setores comprometidos com a construçom nacional. Nom se trata de marcar a intervençom partidária como ilegítima, mas sim de alargar a política para espaços aos que os partidos nom chegam.

Como participaria a Galiza no debate territorial se nom é com a presença institucional do BNG em Madrid?

Nom é necessário estar nas instituiçons para participar no debate territorial. A Catalunha com dous milhons e meio de pessoas em prol da independência, se a ERC e o PDeCAT deixam de participar no parlamento espanhol ou nas instituiçons estariam fora do debate? Acho que nom e aquilo que precisamos na Galiza é massa autodeterminista. Umha das questons que ficou clara na VG foi evitar situaçons que levárom ao fracasso doutras iniciativas, as decisons tomam-se por consenso e a VG nom chamará a participar em processos eleitorais nem fará recomendaçons.

Que dirias a quem duvida de setores que jogam à gestom autonómica reclamando um Estado plurinacional com mais autogoverno a par que negam a reformabilidade do Estado, mas apostam na sua reforma?

A pergunta é complicada, mas se tivéssemos que contar só com setores já convencidos instalados em posiçons maximalistas dificilmente avançaríamos. É bom que setores mais conservadores participem e, acima de tudo, que somemos setores hoje alheios ao projeto soberanista.

É questom de credibilidade?

Há que dar margens de confiança e pujar todas para somarmos e avançarmos como País. Desconfianças houvo sempre nas várias famílias do soberanismo e do independentismo, mas temos que repensar onde queremos chegar e se estamos dispostas a sacrificar um pouco.

A VG fala de presas políticas na Catalunha, também na Galiza?

Evidentemente. Há presas políticas na Galiza sejam independentistas, comunistas, anarquistas e também umha quantidade de presas sociais vítimas do sistema capitalista injusto, desumano e repressivo. Particularmente vaia a minha solidariedade com as presas independentistas.

Entom por que é que a VG nom fala das galegas?

Seria injusto dizer que as diferentes famílias nom som solidárias com as presas políticas. Com a difusom do tema catalám abrírom-se os olhos no Estado com a esquerda catalá a reconhecer que as presas políticas já existiam antes de os Jordis terem entrado na prisom. Pode ser um tabu? Talvez, mas na questom de solidariedade há unanimidade.

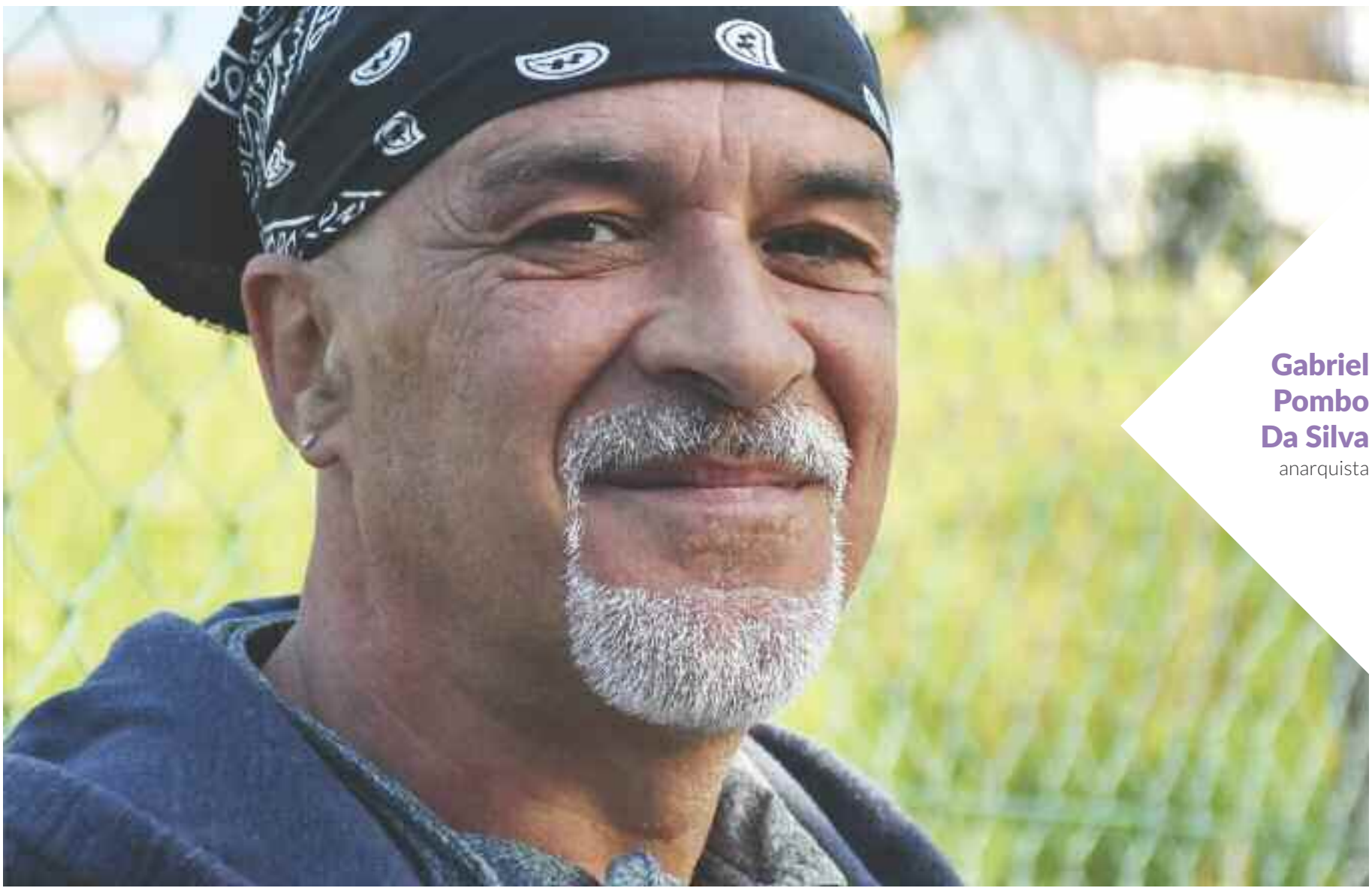
Qual é a tua perspetiva face o futuro do processo de libertaçom nacional?

Oxalá o caminho seja para a independência, mas para isso as independentistas temos de pôr maos à obra até porque nom se pode avançar com voluntarismo ou ativismo com dinâmicas sectárias ou autoproclamatórias que acumulam vícios passados dos quais ninguém está isento, incluído eu próprio, claro. Nom tenho a receita, mas sim que considero que é preciso um período de reflexom e debate entre todas as que nos sentimos orfas e o independentismo organizado para que avance com umha reorganizaçom do movimento de libertaçom nacional.

zélia garcia

Gabriel Pombo Da Silva nasceu em novembro de 1967, no popular bairro do Poulo, na cidade de Vigo. Acompanhou os pais na dura emigraçom à Alemanha, ("tratavam-nos como se fôssemos gado"), onde viveu a sua primeira experiência de cárcere num centro de menores. Percorreu meia Europa antes do regresso a Vigo, onde iria começar a expropriar na década de 80. Passou 32 anos da sua vida dentro da cadeia, a luitar a partir dela e a fugir, num incansável combate na procura da liberdade individual e coletiva.

Conversamos com ele no exílio português já que continua com causas abertas em Itália e Alemanha. Nesta colaboraçom com Galiza Contrainfo, que inclui umha peça audiovisual que recolherá esta entrevista, falamos sobre passado, presente e futuro.



Gabriel Pombo Da Silva
anarquista

zélia garcia

"Dentro do **cárcere** compreendim que continuávamos num **regime fascista**"

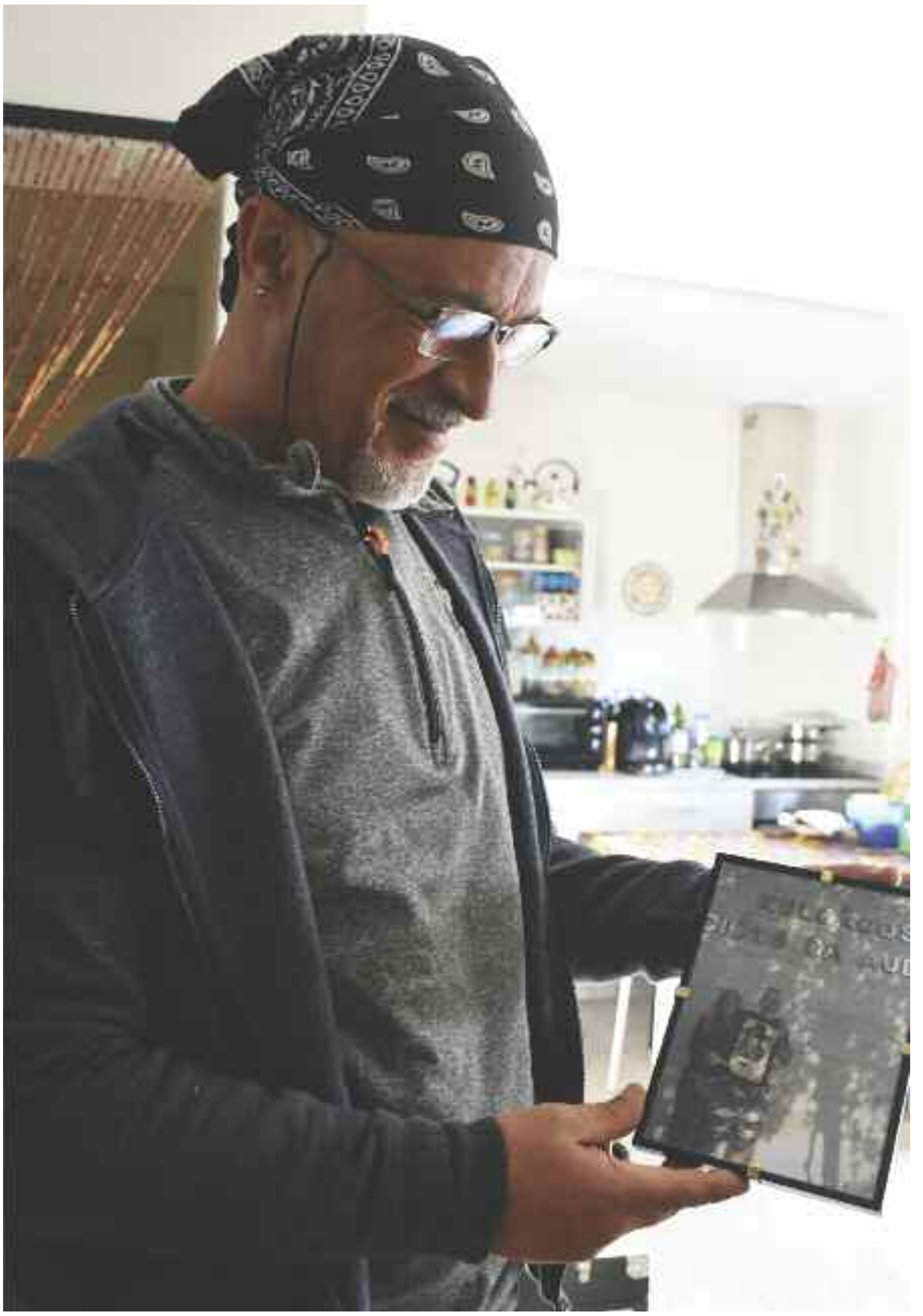
Quando é que começas a tomar consciência e a refletir sobre o anarquismo e a açom direta?

Tivem umha evoluçom constante ao longo da minha vida, umhas vezes com mais inocência, outras mais munido teoricamente. Quase toda a minha luita partiu da cadeia e quando saía a minha peleja continuava. Nos anos 89 e 90 participei dum grupo armado que figemos a partir da APRE (associaçom de presos em regime especial), nós éramos o setor galego e chamávamo-nos de Irmandade Galega. Tudo quanto eu olhava à minha volta fazia com que tomasse consciência, via pessoas que por serem fascistas ou por terem dinheiro viviam bem, enquanto a maior parte das pessoas do meu bairro nom tinha nada. Naquela altura tínhamos consciência e raiva e por isso também podíamos fazer outras cousas.

Como começas a expropriar bancos?

Conheci pessoal da Copel, autónomos, anarquistas. No começo era motorista. Chamavam-me *Mustang* porque roubara um Ford Mustang que deixei seis meses no monte. A cada pouco, baixávamos a roubar gasolina, enchíamos os depósitos e íamos fazer açons. Estávamos na mira da Brigada da Noite, um grupo da polícia local quase paramilitar que atuava em Vigo aquando da criaçom do 092, para

"Nom pensava na derrota, nem que ao chegar à prisom tivesse de fazer algo distinto daquilo que tinha feito fora"



zélia garcia

fazer face ao que eles chamavam de delinquência. Havia muita pobreza e nós o que fazíamos era roubar, ainda que já lhe chamávamos expropriar. Lembro-me bem dalgumhas delas, como a expropriaçom da fábrica da Revilla, onde acabámos por levar a caixa-forte e distribuímos enchidos por todo o bairro de Teis.

A brigada anti-assaltos, que acabaria por ser dissolvida, fai parte dumha história mui sinistra que incluía mortes e sequestro. Sequestrárom-me umha vez em Peinador e levárom-me para a Madroa, malhárom-me e lançárom tiros ao meu lado.

Quantas pessoas participávades dessas açons? Que motivaçons havia?

Em Vigo havia cerca de 100 pessoas a expropriarem bancos até à década de 90. Os motivos eram diversos, nem tudo era para a causa. Havia gente que o fazia porque nom queria trabalhar. Havia muita gente dececionada com a política que se especializou em assaltos. Chegou a época das drogas e acabárom por sair de cena. No meu grupo até que nos desarticulárom em março de 1990 depois de nos terem apanhado em Ourense, estivemos ativos. Nom havia expropriadores delinquentes ou expropriadores políticos, era bem mais complexo do que isso. Importavam as amizades e as necessidades. Para mim, existia e existe umha prioridade por cima de qualquer 'ismo' e ela é, os presos e as famílias deles.

Que implicou para ti a entrada na prisom? Como é que enfrentas essa nova etapa?

Eu era mui otimista e pensava que íamos ganhar. Nom pensava na derrota, nem que ao chegar dentro fosse ter que me humilhar, nem que tivesse de fazer algo distinto daquilo que tinha feito fora. Por isso, para mim, a cadeia foi mui dura. A maior parte das pessoas que militam fam a revoluçom fora, chegam dentro e aquilo é como a 'mili', disciplina, repregar-se e pronto. Eu nom queria acreditar, olhava à minha volta e via muito material humano, e eu já nada tinha, assim é que me pugem a fazer de agitador, de advogado, de psicólogo. Umha vez por ano tinha que tentar fugir.

Ademais, para mim o desporto era fundamental, ensinava artes marciais. Denunciávamos a tortura e o incumprimento de umha série de questons a que entendíamos tínhamos direito e polas quais já tinham combatido quem nos precedera na Copel. Dentro compreendim que continuávamos num regime fascista, mesmo em relaçom a cousas tam básicas quanto escrever umha instância, na qual devias escrever qualquer cousa como '*ruego a su señoría*'; a rebeliom surge em cousas como essa, pôr o meu nome, Gabriel Pombo, e nom o número que como preso me nomeava.

Na cadeia encontrei um panorama terrível, todos a sofrerem de hepatite, sem médicos nem cuidados de

zélia garcia

saúde, sem atividades... Muitos rapazes eram violados logo depois de entrarem à cadeia, alguns elementos da Copel, assim que esta faliu, acabárom por se tonarem uns mafiosos, os menores éramos disputados como se fôssemos objetos sexuais. Quando entrei em Vigo, na Avenida de Madrid, estávamos juntos, adultos e menores, condenados e em preventiva, por todo o tipo de crimes e sob a lei do mais forte. O primeiro que figem ao entrar foi afiar umha colher para me defender.

Qual é a tua opiniom sobre a luita pola libertaçom nacional dentro do Estado espanhol?

O que se passa no Estado espanhol nom serve para outros estados ou territórios com luitas como a do povo mapuche na qual estám envolvidos muitos anarquistas. Eu sou anarquista, sou galego, conheço o contexto daqui e de meio mundo. Bakunin tanto falava da libertaçom individual quanto coletiva dos povos. Eu dixem sempre que nunca iria luitar por umha naçom em si mesma, mas compreendo que o meu povo, se quer ser livre, tem que luitar porque nom lho vam dar como nunca nada lhe dérom a ninguém. Para mim a luita nom é apenas o nosso espaço físico, mas também aquilo que fagamos depois com essa Galiza. Pareceu-me sempre umha injustiça a opressom que sofria a minha língua e sempre a falei. Na cadeia soubemos também defender-nos como galegos e sempre apoiei os meus paisanos.

Achas que com a resistência civil e com métodos nom violentos se poidam atingir objetivos que beneficiem o comum?

Umha vez dixeram-me que aquilo que eu fazia com os bancos, expropriá-los, estava mui bem, mas que eu ia com armas. Se pudesse ia de ramo de margaridas na mao, mas que é violência? Violência é que te insultem, que te violem, que nom consigas chegar ao fim de mês, que tenhas que ver os teus filhos a passarem fame, teres que emigrar, teres que estar sempre em alerta porque estejas na mira de 40.000 lacaios deste Estado de merda, que tenhas umha infiltrada ao teu lado como me aconteceu na última armadilha que a polícia me preparou em Mos. Eles é que som violência. Eu queria é ter feito bem mais do que resistência civil. Depois das torturas que vivim, dos companheiros que me assassinárom, nom consigo arrepender-me de nada.

"Eu estou com quem sua para comer e nom com quem oprime para comer"

Infelizmente, nem todos estám dispostos a darem tudo por tudo e foi isso o que a mim me aconteceu e a muitos outros, que ficamos sozinhos e, acontece que, se somos sempre os mesmos, acabamos por sentir umha grande frustraçom e nom poderemos resistir..

Que projetos tés agora pola frente?

Por enquanto, ajo como um nômada, tenho cousas pendentes e ainda por esclarecer, com a fiscalia italiana e em Alemanha. Se pudesse ia para o meu quintal em Mos e tratava do meu ateneu, agitando como figem a vida toda. Desde que saim que dei umha cheia de palestras, sempre a falar no sistema prisional. Nunca me esqueço dos torturadores, que continuam a fazer sofrer às pessoas, a viverem desse sofrimento alheio, é dos carcereiros que eu falo. Eis o tipo de trabalhadores que eu nunca apoiaria. Eu estou com quem sua para comer e nom com quem oprime para comer.

Se algum dia conseguir deixar de ter essa espada de Dâmocles acima de mim, regressaremos a Mos, abriremos o Ateneu Agustín Rueda, que será um punho negro no meio de Mos a lembrar os fascistas que nunca esquecemos os nossos companheiros, que os vingamos e que os lembramos eternamente; para que as novas geraçons podam usufruir de um espaço onde refletirem, teorizarem e aprenderem artes marciais para conseguirem romper-lhe a cara aos fascistas.

Sentes alguma cousa em falta desde a tua saída da prisom? A que reflexom gostarias de nos convidar como ponto e final nesta conversa?

Umha das cousas que mais dano me fijo desde que saim foi comprovar essa indiferença cara ao mais elemental, cara à nossa dignidade como pessoas, povo, coletivo. Se um nom ama aquilo que vê e o que quer, nom sei como poderei convidá-lo a amar aquilo que tem e a luitar por isto.

Agora tenho a minha filha, que se chama Lua Iraultza, de 4 meses, e ela será o que ela queira ser. Eu podo darlhe as ferramentas que eu tenho, a minha experiência. E se alguém tentar arrebatar-me o que é meu defendereino com armas, com unhas, com pedras, com tudo. E o mesmo defendo para o meu clam, defendim sempre os meus, os amigos, companheiros, trabalhadores, estudantes, a minha terra, quando ainda acreditava nela, e continuarei a dar tudo ali onde for.

É um prazer viver o que um deseja e é um prazer quando nos querem humilhar, meter-lhes um punho e fazer com que se ajoelhem. Nom temos que ser pessimistas, tudo quanto nos oprime, pode cair. Vim pessoas mui boas a darem-no tudo, morrerem em greve de fame, serem assassinados a tiro, torturados. Eu viverei sempre a defender os meus, de mao aberta e punho fechado. Sentir e viver, mais nada.

o bom viver

sexualidade / As etiquetas... / **24**

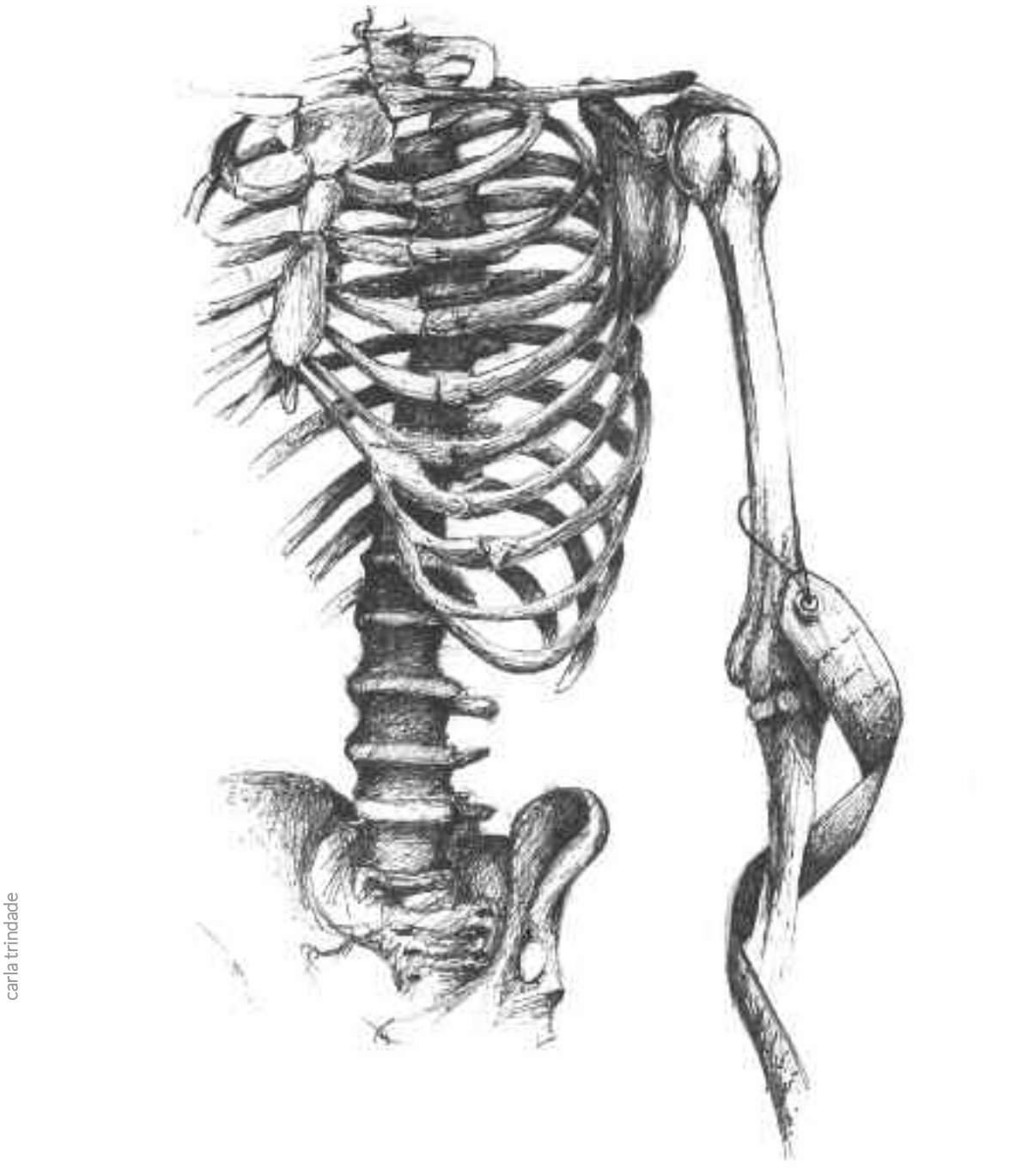
cultura / As favas uruguaias... / **28**

país / Os maios / **30**

Um cultivo 'underground'

A história político-social do cultivo de patacas conta com episódios de resistência. Neste artigo, Carlos C. Varela cita o antropólogo James C. Scott para expor como as sociedades tradicionalmente resistentes à estatalizaçom, foram escolhendo de preferência os cultivos de tubérculos, mais fáceis de ocultar aos olhos do estado. Precisamente, as caraterísticas da pataca afastam esta doutros cultivos próprios de tradiçons imperialistas, os quais contariam com melhores aptitudes para a sua armazenagem e distribuçom a distâncias longas. No nosso país, o cultivo do *Solanum tuberosum* tivo especial conflito com a Igreja, a qual abriu umha espécie de guerra eclesiástica com o objetivo político de cobrar os dízimos da produçom. página **26**

hassim vaio mundo



carla trindade

A perpétua etiquetagem está mais relacionada com pôr a lupa sobre as sexualidades denominadas nom-normativas e nom tanto com o conjunto de vivências sexuais

As etiquetas no tempo de nom etiquetar-se

alfredo saborido
alfredo.saborido80@gmail.com

Estamos a viver um tempo paradoxal, devido à proliferaçom de diversas nomenclaturas a respeito da orientaçom, do desejo e da identidade sexual. Este paradoxo radica no facto de aparecerem novos conceitos num tempo em que os movimentos sociais reclamam a ausência de etiquetagem algumha. Entom, como é que tendemos cara a um mundo livre de etiquetas onde a cada vez surgem mais? O único objetivo será o de abrir portas, janelas ou escavar túneis cara à compreensom desta realidade.

A Sexologia Substantiva, infortunadamente pouco escuitada no nosso contexto galego, estuda o facto de sermos sexuados. Emprega-se ser sexuado cada vez com mais frequência mas de forma carente de conteúdo, mantendo o sexo (aquilo que somos, nom que temos nem fazemos) num espaço reservado ao terreno dos penes e das vaginas, em lugar do dos homens e das mulheres. A sexologia substantiva estuda o sujeito sexuado, nos seus desejos, identidades, encontros e desencontros, assim como na constante procura de topar-se com o outro. Do modo que cada quem viva essa procura, sem rotas predeterminadas e legitimando as vivências. Vaia, acabamos de introduzir um mini-marco e é precisamente um marco o ingrediente básico para poder formular conceitos. Nom todos os marcos vam ser iguais. Nem o marco da sexologia substantiva o único. Com certeza. Mas nom menos certo é que na era das novas tecnologias exige-se resposta imediata, e as respostas imediatas nom sempre som as mais contextualizadas e reflexionadas.

A etiquetagem das realidades sexuais

O facto de sermos seres sexuados baseia-se no principio da diversidade sexual e nom sempre concorda com a norma social imperante. Todas as realidades sexuais som realidades intersexuais (termo cunhado por profissionais da Sexologia da Primeira Geraçom de finais do século XIX), nom formam parte de compartimentos isolados masculinos-femininos, senom dum contínuo onde todas as variáveis e combinaçons som possíveis, fora de todo binarismo. Falar de todas as variáveis possíveis engloba tanto as generalidades comuns como os feitos de diver-

sidade menos habituais. A perpétua etiquetagem está mais relacionada com pôr a lupa sobre as sexualidades denominadas nom-normativas e nom tanto no conjunto de vivências sexuais. E sexualidades som todas, nom som? As transgressoras com a norma e às que a norma lhe encaixa como feita à medida.

Múltiplas etiquetas próprias das fontes de alimento da norma social nom especializada em sexualidade tenhem sentado cátedra. As sexualidades saudáveis e doentias das batas brancas; boas ou más, dos puritanismos moralistas às que som símbolo de progresso ou conservadorismo da política; o marketing sexual que tem unicamente como referência as cotas de prazeres pirotécnicos se alcançarem (como se o prazer fosse quantificável ou vivenciado em igualdade comunitária) ... Todas estas fontes de alimento da norma reduzem com as suas etiquetas o sexo à entreperna, e sem rastro de diversidades.

A criaçom de conceitos gera realidades, dizemos habitualmente aqueles profissionais que promovemos um marco teórico do sexual científico e de rigor. É preciso matizar que com a criaçom de conceitos se mostram realidades, mas a novidade do conceito ou o seu desconhecimento por chocante/raro/novo/diferente/pouco habitual, nom fai nova a vivência sexual, que é individual dentro da diversidade legítima por si própria. Estas vivências estám aí desde todos os tempos, escondidas em muitas ocasions (segundo o momento histórico) por unha visom do sexual tendenciosa. Noutras palavras, as novas etiquetas mostram, mas descobrem novas realidades. Se seguimos a permitir que o sexo esteja encerrado na entreperna poderemos abri-las, mas continuaremos a ter as orelhas fechadas, fechando assim as portas ao pensamento e ao conhecimento dum mapa teórico sexual como oferece o Feito Sexual Humano. Por vezes é preciso elaborar umha análise de custos-benefícios perante as situaçons, e a atual apariçom de novas etiquetas é positiva no entendimento das vivências sexuais que nom encaixam na norma?

O afetivo e o sexual

Como colofom da criaçom de etiquetas está a distinçom entre o afetivo e o sexual. Separados, como se dum telefilme se tratasse, ao nascer: o primeiro parece carregado de emoçons, expetativas e planos de casamento ao estilo Disney; o segundo carnal, lúbrico, hedonista, sicalíptico e pornográfico. Como se umha linha divisória partisse o nosso corpo entre o coraçom e a entreperna. Nalgum momento, por interesses diversos, deixamos de ser um corpo que experimenta sensaçons, excitaçons e emoçons, num todo em um, a ser um compartimento isolado onde o sexual só é genital e as emoçons nom som corpóreas. Olho com o dualismo corpo/alma que continua a estar muito presente e a existência da alma nom está demonstrada -de momento.- Binarismo 1 – Diversidade 0. Quantas etiquetas surgem desta distinçom entre pele e emoçons? Acaso a pele está desligada das emoçons ou vice-versa? Podemos nom ser corpo? Ou é mais válido o namoramento do que a excitaçom?

florencia capello

Deixamos de ser um corpo com sensaçons, excitaçons e emoçons a ser um compartimento isolado onde o sexual só é genital

Algumhas etiquetas presentes

Existem processos de etiquetagem que já formam parte dos seres sexuados:

- A etiquetagem como forma de pertença a um grupo, que reforça o sentimento de comunidade. Somos sociais por natureza e os processos de socializaçom som sexuais, som entre sexos.

- A etiqueta da identidade. Etiquetar é próprio de todas as espécies animais através do mecanismo inato da distinçom entre machos e fêmeas. Este filtro conta com um margem de erro importante, como o que se dá cara às pessoas transexuais, que sofrem o erro da etiquetagem ao serem sexuadas como o que nom som. O filtro nom é fiável ao cento por cento, e nom podemos estabelecer verdades absolutas com ele. Mas isso nom nega que o filtro exista e que a etiquetagem se realiza de forma automática.

- A etiqueta do desejo erótico, esse instinto que nos fai distinguir entre o que nos ativa o desejo erótico e o que nom. Esse instinto gera todo tipo de etiquetas, desde gostar dos homens ou mulheres até os desejos mais peculiares e nom confessáveis. Este instinto está relacionado com múltiplos fatores, desde culturais a atávicas ancoragens eróticas. Assim, aquela pessoa que sente desejo cara aos homens com muito pelo, pom etiquetas segundo o seu desejo, ao igual que o fai aquela pessoa que ativa o seu desejo com pessoas com um alto grau de empatia.

O conhecimento, a aceitaçom e o fomento das vivências sexuais positivas que contribuam para a felicidade individual e para a ótima convivência comunitária passa pola necessidade de criar conceitos, que quanto menos afastados estejam da lógica dos sexos mais contribuirám para estes objetivos.

Alfredo Saborido é sexólogo e membro da associaçom Sexus.

nerea v. lameiro

Patacas: Power to the people

carlos c. varela

Ao tubérculo que os indígenas chamavam *papa* ou *pappa*, os espanhóis logo lhe encontrárom semelhanças com a castanha europeia; Pedro Cieza de Leom dá notícia na sua *La Crónica del Perú*, explicando que era junto com o milho a base alimentícia dos índios, e que "*es a manera de turmas de tierra, el cual después queda tan tierno por de dentro como castaña cocida*". Foi Cieza quem levou as patacas para Castela e desse lote algumha foi chegar ao Papa, quem por sua vez enviou mostras a Filipe de Sivry, governador de Mons, de quem as recebeu finalmente o botânico Charles de L'Ecluse (Clusius) e introduz o cultivo em 1588 nos Países Baixos. Clusius desenhou umha pequena lámina com a nova espécie, denominando-a *tartufoli*, "pequena trufa". Logo depois, em 1590, umha reproduçom da lámina chega a Gaspar Bauhin, em Basileia, quem a cultivou no seu jardim e lhe impujo o definitivo nome científico de *Solanum Tuberosum*.

Introduçom na Europa: um problema conceitual

Até aqui a história da receçom botânica ou científica da pataca na Europa, bem menos interessante do que a sua história político-social. A popularizaçom do seu cultivo, nom obstante o seu grande rendimento, foi bastante serôdio em relaçom com a descoberta, sobretudo pola razom de nom ser panificável e, também, por um obstáculo mental: a pataca, por muito que se comparasse formalmente com a castanha, ao medrar baixo a terra nom guardava semelhança com nengum outro alimento conhecido - excetuando, como se viu, a elitista trufa-, favorecendo todo tipo de preconceitos. À margem do mais favorável caso ibérico, a pataca nom conseguiu popularizar-se no resto de Europa até meados do século XVIII, em boa medida graças aos esforços de Antoine Auguste Parmentier. Outro audaz divulgador do tubérculo índio foi Francis Drake, quem enviou a planta para John Gerarde para que a cultivasse nos seus jardins de Londres, realizando em 1596 um pioneiro estudo sobre a espécie. Mesmo noutro dos afamados povos de comedores-de-patacas, o irlandês, a pataca nom triunfou no começo em 1565, quando a levou à ilha o negreiro e pirata John Hawkins, tendo que aguardar polo definitivo sucesso até a reintroduçom do cultivo em 1584.

Para o caso galego estudárom em detalhe a sua introduçom historiadoras como María Xosé Rodríguez Galdo e Fausto Dopico ou Antonio Meijide Pardo. A fabulosa pataca (junto com o milho) tirou-nos, literalmente, as castanhas do lume: coincidindo com a crise provocada pola tinta do castinheiro no alimento base da dieta popular galega, a introduçom da pataca supujo um enorme incremento da soberania alimentar do povo camponês, obtendo do tubérculo um rendimento nutricional 150% maior do que o obtido ao semear com cereais a mesma superfície de terra. Este vegetal, que rematou com a fame, recebeu umha grande variedade de nomes ao longo do mosaico comarcal da naçom, indo da castanha marinha, criadilha, agostinha, castanhola, castanha índia até o nome que se rematou impondo na lusofonia e que também se achava na Galiza: batata. A relaçom com a castanha mantivo-se por tanto tempo na memória que na década de 1960, quando o antropólogo Carmelo Lisón Tolosana realiza o seu trabalho de campo na Galiza, os vizinhos de Adro de Rodis (Cerzeda), ainda lhe especificam que num ramo que faziam durante os festejos da semen-

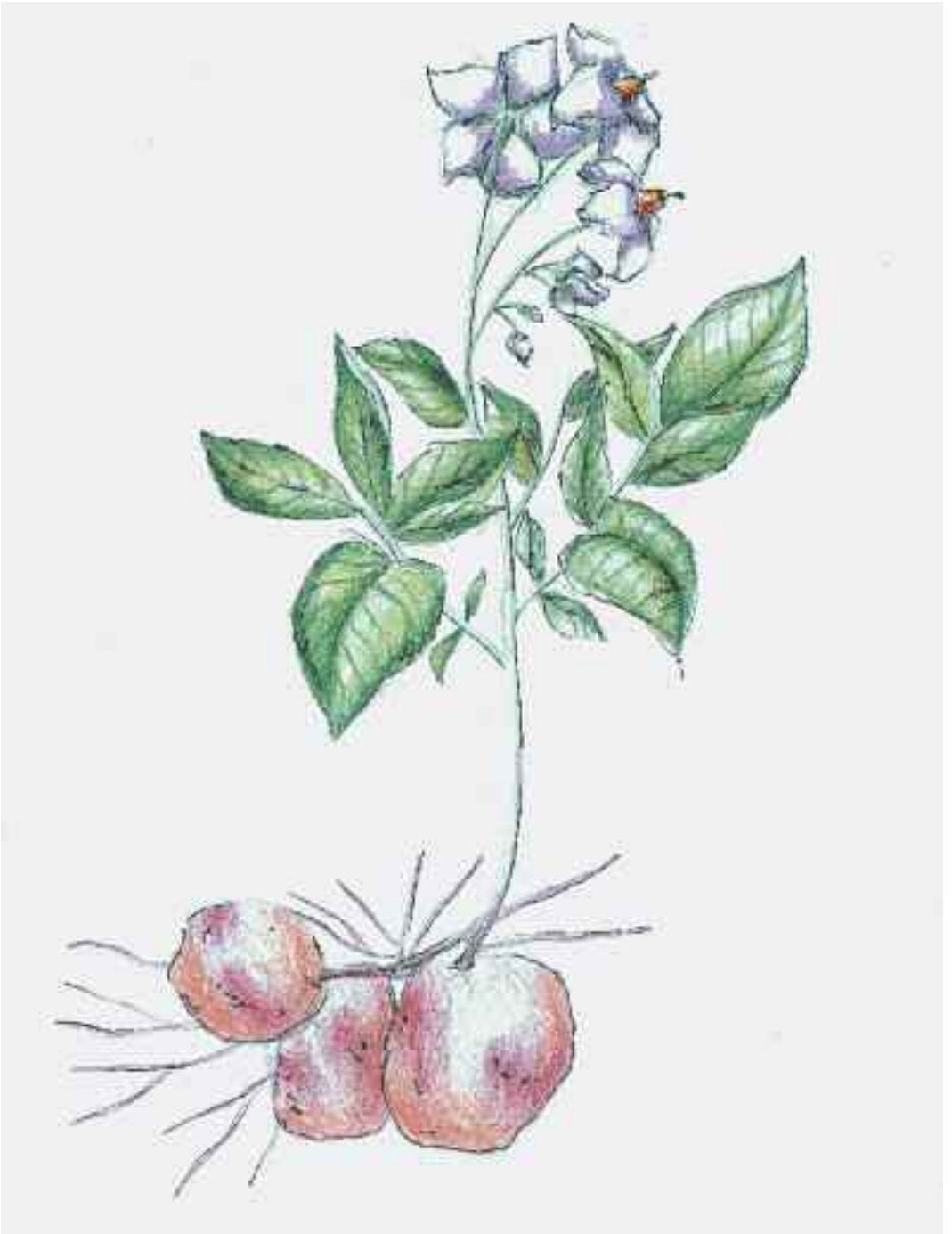
> *Os povos resistentes à estatalizaçom foram escolhendo cultivos de tubérculos, pois estes eram mais fáceis de ocultar e podiam resistir melhor às açons militares de rapina*

teira colocavam "castanhas de castinheiro", posto que às patacas nom só ainda lhes chamavam castanhas, senom que a castanha por antonomásia era o tubérculo, deslocando o fruto da árvore.

Um cultivo 'underground' e republicano

James C. Scott, no seu penetrante livro sobre as etnogêneses de sociedades contra o estado na Zomia - umha basta regiom montanhosa do sudeste asiático que abrange territórios de vários estados-naçons e as suas estratégias para evitarem ser estatalizadas, dedica um apartado à importância política da seleçom dos cultivos. Como é bem sabido, grandes impérios como o romano impujeram as monoculturas do cereal, do azeite e do vinho, nom só por motivos de imperialismo cultural, senom porque se trata de alimentos suscetíveis de serem facilmente acumulados, expropriados e transportados a grandes distâncias sem que se estraguem, favorecendo o fluxo de capitais ao serviço da metrópole. Igualmente, umha das primeiras açons do governo franquista de guerra foi a criaçom do *Sindicato Nacional del Trigo* para abastecer as suas tropas à conta do espólio do trabalho labrego, causando fortes resistências no agro galego. Pois bem, James C. Scott dá conta de como as sociedades tradicionalmente resistentes à estatalizaçom foram escolhendo de preferência os cultivos de tubérculos, pois estes eram mais fáceis de ocultar ao estado e às suas características e podiam resistir às açons militares de rapina melhor do que os cereais. Aliás, ao nom serem suscetíveis dumha acumulaçom forte, deviam ser comidos ou distribuídos rapidamente; isto é, nom eram umha base material propícia para a criaçom de estratificaçom e desigualdades sociais.

Assim as cousas, o cultivo da pataca na Galiza tivo umha história política particular, marcada polo conflito com a Igreja, que pretendia vetar este alimento por afrodisíaco e suposto causante de graves doenças, mesmo de lepra. A verdadeira razom desta guerra eclesiástica contra as patacas nom foi outra, conforme explica o antropólogo Marcial Gondar, que a interpretaçom da disposiçom jurídica que obrigava os camponeses a "*pagar diezmos y primicias a la Iglesia de Dios*", mas só dos produtos que medrem sobre a face da terra. Isto é, a substituiçom das culturas de cereais polas de patacas era também umha ferramenta política que permitia ao povo, legalmente, evitar a extraçom dos seus excedentes, que muitas vezes nem eram tais. Quando por exemplo Ramón Sánchez, crego de Brigos, dá argumentos teológicos aos seus paroquianos para lhe pagarem o dízimo da colheita de patacas, nom há outra interpretaçom possível que a política. A teologia é unicamente a forma que adota a oposiçom do poder eclesiástico ao rápido empoderamento popular que supujo a expansom do cultivo da castanha de Índias.



nerea v. lameiro

Pagavam-se "diezmos" à Igreja, mas só polos produtos que medravam sobre a face da terra. Por isso o cultivo das patacas era também umha ferramenta política

Ainda, a pataca protagonizou um outro episódio revolucionário na França quando, com a revoluçom e contra a fome, chegárom-se a cultivar estas plantas nos cortesaos jardins das Tulherias. "É também esse tempo" -assegura Martínez Llopis- "quando aparecem em Paris os primeiros grandes restaurantes estabelecidos polos chefes de cozinha das casas nobres que tinham ficado sem emprego ao desaparecerem os seus senhores, fugidos, encarcerados ou imolados pola implacável guilhotina". No ano III da República, umha desconhecida Mme. Mérigot publica umha apologia revolucionária da pataca, solenemente intitulada *La Cuisinière républicaine qui enseigne la manière d'accommoder les pommes de terre avec quelques avis sur les soins nécessaires pour les conserver*. Vivam as patacas!

ARTES /

As favas uruguaias de Lourençá

A obra 'Juana' da poeta Marina Oural mistura os versos de Juana de Ibarbourou e Rosalia de Castro com a dança, o teatro e a música

raquel cecilia pérez
raquelceciliaperez@novas.gal

ena barbazán

As bibliotecas das cidades uruguaias de Cardona, no departamento de Colónia, Canelones, capital do departamento homónimo, ou Melo, no departamento de Cerro Largo, levam o nome dumha das poetas mais reconhecidas do país: Juana de Ibarbourou (1892-1979). Marina Oural, também poeta, conheceu de bem nova este nome, mas nom a sua obra. Os seus versos nom tinham lugar no programa da primária e da secundária que estudou embora a biblioteca de Lourençá, a sua vila natal e a vila natal do pai de Juana, engrossa a lista das bibliotecas de Ibarbourou.

Marina nom o sabia na altura, mas as letras da uruguaia acabariam por marcarem a sua vida várias vezes, mesmo poderiam estar a piques de levá-la até o país onde a sua figura é venerada, num percurso idêntico ao realizado polo pai da própria Juana há muito tempo.

A dança

De meninha Marina Oural queria estudar coreografia e arte dramática. "Esta nena que di?", Recorda que repetiam o seu pai e a sua mae. Nom era algo que umha nena de Lourençá pudesse estudar na década de '60. "Eu gostava de criar formas corporais, de escrever, de estudar, de estar muito no meu quarto", relata. A sua família nom compreendia porque a nena insistia tanto em estudar algo para o que nom viam futuro. Ela mostrou-se tenaz e conseguiu apontar-se a aulas de dança contemporânea no Casino de Mondonhedo com um mestre que nom lembra, mas que lhe ajudou a rematar de convencer-se de que aquilo era ao que se queria dedicar o resto da sua vida.

Conseguiu umha bolsa para estudar dança em Madrid, mas finalmente a sua família convenceu-na para renunciar, ainda ela gostando. Ela própria comenta que lembrava as coreografias que estudavam cada domingo perfeitamente. "Era brutal. Éramos, se calhar, vinte e tantos moços e moças. Ainda nom há tanto encontrei um colega e recordávamos esses bons momentos", explica. Mas seus pais insistiam com o mesmo refrám até que Marina decidiu rebelar-se: "Decidim suspender, folguei". Ao pouco tempo seguiu a sua irmá para a Corunha, onde rematou os estudos obrigatórios. Decidiu tentar a sorte em Londres, onde conseguiu um trabalho e estivo a piques de solicitar o ingresso numha escola de dança, mas a presom familiar tirou dela e regressou para a Galiza.

As favas

Na Corunha matriculou-se em Publicidade e Relaçons Públicas e, aos poucos de rematar, inaugurava a sua primeira oficina na rua Durán Lloriga. Umha mulher liderando umha oficina de relaçons públicas e empregando o galego como língua veicular era um atrevimento. Na Corunha, Marina conheceu ainda mais de perto a rejeiçom cara às mulheres e também cara à língua. "Muito duro", respondeu. Isso fijo-a reflexionar, "aqui há tema, porque se algo querem erradicar assim é porque é importante". Com o seu gabinete começou a organizar a Feira Histórica de Arteijo, a Festa do Queijo de Arçúa ou o Festival Cantos na Maré, onde coincidiu com Ugia Pedreira, outra mulher chave na vida de Marina: "Ugia via poesia nos meus correios eletrónicos".

Lourençá é a vila natal de Marina Ourol e também do pai da poeta uruguaia Juana de Ibarbourou

Talvez o projeto mais pessoal de Marina nesta etapa da sua vida foi a sua achega ao Festival da Fava de Lourençá. Umha fava que na atualidade se vende antes mesmo de ser semeada, mas que na altura ainda nom alcançara a Denominaçom de Ori-

A obra 'Juana' e as favas de Lourençá funcionárom como pontos de partida para realizar umha série de obradoiros polas vilas galegas

ena barbazán

gem. Ela implicou a todas as labregas e labregos do município. Queria mais independência para as mulheres, que dependiam dos seus homens, "que se figessem autónomas e se encarregassem das suas colheitas".

Lourençá e o regresso à dança

Durante os anos em que trabalha no seu gabinete, Marina entra em contacto com umha modalidade de dança chamada Contact Improvisaçom. "Ajustava-se perfeitamente a mim", relata, "trata-se de dous corpos mínimos em contacto. A colaboraçom, a co-inspiraçom, a co-criaçom, integram-se dentro do próprio exercício". Começa a acudir a obradoiros e graças a isto conhece a asturiana Irene Álvarez, em quem topa um espelho em que olhar-se.

A evoluçom da publicidade e do marketing fam que Marina decida fechar o seu gabinete no ano 97. "Foi o passo mais grande que dei, com muita diferença na minha vida", explica enquanto lembra o pânico que lhe entrou. Nom se arrepende, ainda que foi um "passo que me custou muitas lágrimas". Vendeu o piso e decidiu ficar em Lourençá. Retomou o contacto consigo própria e da mao de Ugia subiu pola primeira vez a um cenário para recitar os seus versos. Também começou a trabalhar em obradoiros com crianças com diversidade funcional, ajudando-as a se comunicar através do seu corpo.

O trabalho com as favas de Lourençá reúne de novo a Marina com a poeta Juana de Ibarbourou. Da mao de quem na altura era alcalde da vila, Vidal Martínez-Sierra, recebe umha cinta de cassete que enviou a própria uruguaia no ano 1963. Nela Juana agradece a Lourençá por dar o seu nome para a biblioteca municipal. Nessa mesma cinta lembra os versos de Rosalia de Castro que aprendeu quando nena por boca de seu pai, um namorado da poesia.

Juana, Rosalia e as demais

É um poema de Juana, explica Marina, o que lhe dá a chave para a obra que levaria o nome da uruguaia por título. *Dulce milagro* é um ponto de partida do que cria um nó e um desenlace onde se entrelaçam versos de Rosalia de Castro, de Juana e da própria Marina, No cenário misturam-se a dança de Irene Álvarez, o saxofone de madrilenha Chefa Alonso, o contrabaixo de Jorge Frías e a bateria de Ramón Peña. A diretora cénica Mónica Cofiño pujo a batuta. Trabalhárom a cavalo entre Ribadeo, Compostela, Madrid e Cádis a obra *Juana*. Umha obra que, segundo a própria Marina, "nasce do ventre". No ano 2017 foi estreada na terra paterna da escritora uruguaia, primeiro em Lourençá e logo em Ribadeu, e agora Marina aguarda poder levá-la para Uruguai. Reconhece que lhe dá muito medo, sendo Ibarbourou umha figura venerada lá. Porém, é umha promessa que se fijo a si mesma e a toda a equipa.

Enquanto aguardam polo bilhete de aviom, *Juana* nom fica parada. No 2017, Marina e as suas companheiras Irene Álvarez, Chefa Alonso e Mónica Cofiño recebêrom o Prémio Luisa Villalta da Deputaçom da Corunha. Isto abriu-lhes a porta para organizar umha série de obradoiros neste mês de abril em Rianjo, Oleiros, Ortigueira e Vimianço em colaboraçom com aCentral Folque. As convidadas para participarem fôrom mulheres, também homens, de todas as idades e com experiência ou interesse em distintas disciplinas artísticas. Juana e as favas de Lourençá funcionárom como um dos pontos de partida. Antes de começar a sua gira de cursos tinham claro o fundamental: "Divertir-se, divertir-se sempre".

Os maios

semente. escola de ensino galego

Recebemos a primavera com a festa dos maios, umha celebraçom que guarda simetrias com a festividade celta de Beltaine

Já estamos na primavera! Custou, mas parece que afinal chegou: já podemos sair à horta, aos parques, ao monte ou ao rio sem fato de água e curtir as horas de sol, que irám a mais até o dia de Sam Joám. Para o festejo do solstício de verao ainda resta tempo, mas há umha tradiçom própria destas datas primaverais que na Semente também gostamos de celebrar: aqui vem o maio!

Esta celebraçom de origem ancestral é a festa popular que dá a bem-vinda à primavera. Se no outono damos passo ao inverno com lume e castanhas graças ao Samaim e aos magustos, à primavera recebemo-la com flores. A festa dos maios estabelece simetria com a festividade celta de Beltaine e coincide com o atual primeiro de maio. É um rito totémico, que se espalhou por muitos países, em que se lhe fam oferendas ao deus celta das árvores e das flores para ter um ano florido e proveitoso.

O elemento totémico é umha árvore ou escultura chamada maio, umha figura cónica que representa a árvore ou, aliás, umha figura antropomórfica, feita com ervas, gestas, flores... Cantam-se cantigas ao seu redor, também chamadas maios, por vezes acompanhadas da percussom de dous paus (em Redondela) ou batendo no chao com fungueiros e estadulhos (Ponte Vedra). Como nos cantos de reis ou de ano novo, é habitual pedir umha gratificaçom. Esta tradiçom foi esmorecendo no último século, mas mantem-se na faixa oriental, mesmo em Vila Franca do Berzo. Boa prova disto é que as cantigas tradicionais que se conservam som próprias da Lourençá e Porto Marim. Temos também composiçons mais modernas, já do século XX, no Museu de Ponte Vedra e na biblioteca Ben-Cho-Shey, na Deputaçom de Ourense.

Há também maios figurados: umha armaçom ou esqueleto de paus ou tábuas de forma cónica ou piramidal, construída sobre umha plataforma que, a modo de padiola ou como as andas de santos em processom, permitia transportar o maio. Sobre esta estrutura colocam-se flores, folhas, fiunchos, fentos, bugalhos, frutas, como laranjas bravas, e mesmo ovos (elementos representativo também da Páscoa, do novo ciclo), e estes maios figurados chegam a representar pontes, hórreos, cruzeiros, casas, animais, figuras humanas, ou mesmo embarcaçons, pola zona de Marim.

Também se punham ramos de gesta nas portas da casa e da corte, nas carroças, leiras e barcas (hoje em dia já quase só as vemos nos para-brisas dos carros), na tardenoite do último dia de abril, para que o mês de maio protegesse a casa e a gente que em ela viver. Somado a isto, existia o costume de alumiar as leiras na noite do 30 ou do 29 de abril. De novo, encontramos o lume como elemento purificador numha tradiçom pagá relacionada com o ciclo do ano.

No ano passado na Semente de Lugo, Blanca Vilares ofereceu um obradoiro sobre música nos maios, construiu-se o maio como sempre fazemos, com a participaçom de todas as crianças, maes e pais que o desejarem, e cantamos e dançamos em redor. Também em Vigo, Trasancos e Compostela, recuperamos esta tradiçom um ano mais. Em este 2018, volvemos estar dispostas para preparar o nosso maio, as nossas cantigas e desfrutar da festa do novo ano agrícola que começa.

CENTROSOCIAIS

COMPOSTELA/
O PICHEL
Santa Clara
CASA DE SAR
Curros Enríquez

VIGO/
A COVA DOS RATOS
Romil
DISTRITO 09
Coia
FAISCA
Calvario
A REVOLTA DO BERBES
Rua Real
CSOA A QUINTA DA CARMINHA
Rua do Carme

OURENSE/
CSO A KASA NEGRA
Perdigom
A GALLEIRA
Praça Sam Cosme

PONTE AREIAS/
CSA O FRESCO
Bairro da Ponte

RIBEIRA/
CSA O FERVEDOIRO
Rua Mendes Nunes

LUGO/
ATENEO LIBERTARIO A ENGRANAXE
Rio Sil
CS MADIA LEVA
Serra dos Ancares
CS VAGALUME
Rua das Nóreas

A CORUNHA/
CS A COMUNA
Verea do Polvorim
CS GOMES GAIOSO
Monte Alto
ATENEO XOSÉ TARRÍO
Bairro dos Malhos
CSOA A INSUMISA
Beiramar

FERROL/
CS ARTÁBRIA
Trav. Batalhons
ATENEO FERROLAN
Magdalena

NAROM/
CS A REVOLTA DE TRASANCOS
Alcalde Quintanilla

A GUARDA/
O FUSCALHO
Frente a Atalaia

PONTE D'EUME/
LS DO COLECTIVO TERRA
Boa Vista
CSOA A CASA DA ESTACION
Avda. Ferrol

BURELA/
CS XEBRA
Leandro Curcuny

PONTE VEDRA/
LICEO MUTANTE
Rosalia de Castro

CANGAS/
A TIRADOURA
Reboredo

CASTROVERDE/
A CHAVES DAS NOCES
Sam Juliam de Pereiramá

SÁRRIA/
BURIL
Travessia da Rua Nova

O QUE FAZER?

FESTA DOS MAIOS. Com a chegada da primavera, começa a festividade dos maios em diferentes partes do país. No Berzo, terá lugar o 1 de maio, em Ourense o dia 3, em Compostela o dia 5 de maio. Por enquanto, na localidade de Canido, em Vigo, celebrarám esta festa popular os dias 4, 5 e 6 de maio.

PORQUE ME PETA, A LÍNGUA GALEGA COM ORGULHO E DIVERSOM PARA TODAS AS CRIANÇAS. Um grupo de pessoas de Ourense organiza umha festa em honra e agradecimento a todas as crianças que falam galego. Chamam a esta iniciativa 'Porque me peta' em alusom à expressom galega que recolhe Celso Emlio Ferreiro nos seus versos: "Língoa proletária do meu povo eu fáloa porque si, porque me gosta, porque me peta, porque quero e dame a gana".
OURENSE
17 DE MAIO

isto nom é um periódico

nas tuas maos tes umha ferramenta
feita com o trabalho de muitas pessoas que cada mês fam a sua achega à construçom dum meio próprio, que acompanhe a galiza que se move e abra fendas nas estreitas paredes do discurso dos poderes.

mas esse trabalho, do jornalístico à distribuiçom, move-se graças ao motor da nossa comunidade de leitoras. desde a aposta firme na independência informativa, as subscriçons som a garantia de mais e melhor informaçom crítica, mais e melhor novas da galiza.
por isso, está também na tua mao.

fai-no possível
em www.novas.gal/loja

equipa da editora **Ardora**

ena barbazán

“Cumprem **editoras** que animem o debate **e a luita na rua**”

xián naia
conselho@novas.gal

Ardora (s)ediçons anarquistas nasce como projeto editorial para a partilha e o conhecimento trazendo à rua o potencial subversivo dos livros.

Como vedes o panorama do anarquismo na Galiza?

Achamos o ativismo nom está no seu melhor momento: as luitas, iniciativas ou mobilizaçons som a cada vez menos. Para além disso, o anarquismo na Galiza está muito atomizado e nom existem pontos de confluência. Hoje achamos que nom podemos falar dum anarquismo galego. Nom obstante, nascem novos projetos de informaçom, iniciativas de corte sindical e mesmo ateneus libertários como o Xosé Tarrío na Corunha ou Engranaxe em Lugo.

Havia necessidade dumha editora que reunisse e distribuísse textos de ideologia anarquista?

Som necessárias muitas editoras em galego de crítica social, que animem o debate e a luita na rua. Definimo-nos como anarquistas porque fam falta pontos de referência, mais num momento em que o estado reprime as nossas ideias. Contudo, o nosso material nom tem porque identificar-se com o anarquismo, tem que servir para a luita social.

Todos os artigos som publicados em galego e escolhedes a ortografia reintegracionista para textos próprios. Há reflexom neste sentido em espaços libertários?

De aqui a umha parte sim vemos umha reflexom e materializa-se em que quase a totalidade dos espaços libertários e antiautoritários na Galiza expressam-se em galego. Há casos concretos como o Escárnio e Maldizer que se posicionou às claras na defesa do galego. O reintegracionismo tampouco nom é novidade. Por citar um exemplo, em 90 o Ateneu Libertário de Compostela editava a maior parte dos textos em reintegrado.

Há retorno positivo quanto a subscriçons?

Tivemos umha mui boa acolhida. Distribuímos em postos na rua ou em centros sociais afins mas é difícil. Queremos animar as pessoas a subscreverem porque é imprescindível para suster o projeto, mas em geral estamos contentes com como está a funcionar Ardora.

Quais as diretrizes editoriais da revista?

Quanto às diretrizes editoriais, procuramos que a maioria de textos sejam galegos. Sempre contamos com o equilíbrio de género e tentamos ter amplitude de vozes. Também achamos importante achegar textos doutros tempos e latitudes.

Publicardes livros é outro dos objetivos. O que tendes na gaveta?

Nos próximos meses teremos data para o lançamento do primeiro livro: *Abaixo os restaurantes*.
A ideia é publicar livros em galego, sabendo que há escolhos, como o financiamento, ou labores de investigaçom e traduçom, que levam o seu tempo. Agora estamos, junto com A Irmandade da Costa, a elaborarmos um jornal mensal chamado *Nordês*, que estará disponível em papel e na web.

A granja dos animais

Xurxo Borrazás

Um dos mantras igualitários do qual o PP tem fachenda é que todos os espanhóis devem ter os mesmos direitos, vivam onde viverem. À parte de que a “questom territorial” se reduza a um tecnicismo de código postal, vamos ver.

Nom se *concede* o referéndum a Catalunha porque todos os espanhóis tenhem o direito de pronunciar-se sobre os assuntos gerais. Formalmente tem lógica, nom sendo porque cada comunidade autónoma fijo os seus referénduns há 3 ou 4 décadas sem oposiçons. Anuncia-se umha suba de salário para polícias e guardas-civis com o objeto de equipará-los aos *mossos d’esquadra* (entre 350 e 750 euros mensais em tempos de 0.25%) porque a polícia catalá e a *ertzaintza* nom devem gozar de privilégios. Por que logo nom se equiparam os salários na saúde pública, no ensino, nos parques de bombeiros ou na justiça? Neste último sector, onde a discriminaçom na Galiza é evidente e levam meses em greve, a desigualdade non se contradiz, para o PP, com a lógica. Para demostrá-lo, quando o governo central decide umha suba para o funcionariado, Feijóo retira a paga extra ao que depende dele. Tampouco vê, este secundário de *Fariña*, contradiçom em que a nossa energia seja a mais cara, apesar de que a produzimos. Nom apenas isso, senom que ele encarece-a com o céntimo sanitário. Nom bate com o mantra da igualdade o preço do leite, as concessons das autoestradas ou que a Junta estabeleça as suas próprias taxas e impostos para o que estimar oportuno.

Voltando para Catalunha: “A justiça é igual para todos” proclama-se, e a nós lembra-nos a frase de Orwell na sua sátira sobre o totalitarismo: “todos os animais som iguais mas uns som-no mais do que outros”. O autor acompanhou o título da sua obra de umha legenda que foi suprimida em todas as traduçons: *Um conto de fadas*.